

-----ATA N.º 274-----

----- Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, no auditório do Centro Social de Pessegueiro do Vouga, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Hermínio Pedro Marques Martins, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----Ordem de Trabalhos-----

- 1 **Ata e Correspondência**-----
- 2 **Período de Antes da Ordem do Dia**-----
- 3 **Período da Ordem do Dia**-----
 - 3.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal-----
 - 3.2 Prestação de Contas de 2021-----
 - 3.3 Inventário e Cadastro em 31/12/2021-----
 - 3.4 Desafetação do Domínio Privado – Parcela Sobrante da Abertura da Rua da Escola-----
 - 3.5 Área de Reabilitação Urbana – Couto de Esteves-----
 - 3.6 Eletricidade – Compromissos Plurianuais-----
 - 3.7 Conselho Municipal da Juventude – Eleição-----
 - 3.8 CPCJ – Recondução ou Eleição de Novo Cidadão Eleitor-----
 - 3.9 CPCJ – Eleição de Novo Cidadão Eleitor-----
 - 3.10 Autorização para Delegação de Competências na Diretora do Agrupamento Escolar de Sever do Vouga – Minuta de Contrato-----
- 4 **Período Destinado ao Público**-----

----- O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão pelas dezassete horas e nove minutos. Explicou que a sessão estava a ser realizada no auditório do Centro Social, em Pessegueiro do Vouga, devido a um imprevisto que impossibilitou que a mesma fosse realizada no CAE. Disse que, se tudo se proporcionasse e houvesse condições para isso, a próxima sessão poderia vir a ser realizada no Salão Nobre dos Paços do Concelho. Referiu que, naquela data, se comemorava a atribuição da Carta do Foral ao concelho de Sever do Vouga e que, embora não fosse comemorado oficialmente, se tratava de um dia importante que convinha ser lembrado. De seguida, solicitou ao segundo secretário para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:-----

- Adérito Soares-----
- Alexandre Manuel Tavares Rocha-----
- Alexandre Miguel Coutinho Tavares-----
- Almiro Silva Machado-----
- Ana Maria Veloso Martins da Silva-----
- António Augusto Macedo de Cruz-----
- António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro-----
- António Fernando da Silva Dias-----
- Cláudia Isabel Lopes Cruz-----
- Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva-----
- Elga Maria do Amaral Martins da Silva-----
- Fernando Pereira Rodrigues-----
- Hermínio Pedro Marques Martins-----
- João Rodrigues Oliveira-----
- Jorge Manuel Henriques da Graça-----
- José Pedro de Bastos Costa Lemos-----
- Júlio Martins Fernandes-----
- Maria Amaral Martins Pereira-----
- Nicolas Ferreira Coutinho-----
- Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço-----

- Renata Liliana da Costa Marques-----
- Sandra Marlene Rodrigues Pereira-----
- Sérgio Soares da Silva-----
- Tânia Filipa Fernandes Pinheiro-----
- Foi, ainda, registada a presença dos seguintes membros que chegaram mais tarde:-----
- David da Silva Alves-----
- Eugénio Fernando de Bastos Martins-----
- Luís Filipe Tavares da Silva Pedro-----
- Patrícia Sofia Martins Santos-----

--- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo, Presidente; Paulo Sérgio Martins Nogueira, Vice-Presidente; Ricardo Manuel Tavares da Silva, Paula Cristina Dias Coutinho, José Manuel Barbosa de Almeida e Costa e Eliana Inês Tavares Machado, Vereadores.-----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que foram registadas e consideradas justificadas as seguintes faltas e promovidas as respetivas substituições: Ana Cristina da Silva Tavares, que foi substituída por Eugénio Fernando de Bastos Martins; Ana Maria Tavares Mendes, que foi substituída por Luís Filipe Tavares da Silva Pedro; Beatriz Manuel Lourenço Soares, que foi substituída por Júlio Martins Fernandes; Isabel Maria Martins Tavares, que foi substituída por Adérito Soares e Pedro Miguel Martins Mendes, que foi substituído por Alexandre Miguel Coutinho Tavares. O Presidente da Junta de Freguesia de Cedrim e Paradela, José Carlos Ribeiro de Sousa, fez-se representar por Nicolas Ferreira Coutinho.-----

-----1 – Ata e Correspondência-----

1.1 Ata: - Foi apreciada a ata n.º 273, da sessão ordinária de 25 de fevereiro de 2022, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, e foi aprovada, por unanimidade, com vinte votos a favor dos membros Alexandre Rocha, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Cláudia Cruz, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, João Oliveira, Jorge Graça, José Lemos, Júlio Fernandes, Maria Pereira, Paulo Lourenço, Sandra Pereira, Sérgio Soares e Tânia Pinheiro.-----

1.2 Correspondência e Informações:-----

- Ofício à Embaixada da Federação Russa – Moção ;-----
- Ofício à Embaixada da Ucrânia – Moção;-----
- Convite para a apresentação na Nova Estratégia para o Turismo, onde esteve presente Presidente da Assembleia Municipal;-----
- Ofício ao Presidente da Câmara Municipal sobre intervenção do público na sessão de fevereiro de 2022;-----
- Casa Cantoneiros da Grela – Transferência AdRA;-----
- Convite para jantar com representantes da CIRA, onde esteve presente o Presidente da Assembleia Municipal;-----
- Convite para reunião com Padre Virgílio, onde o Presidente da Assembleia Municipal esteve presente e destacou a visita à torre da Igreja de Paradela, uma referência que deverá ser valorizada;-----
- Convite para reunião com empresários sediados no Vougapark, onde esteve presente o Presidente da Assembleia Municipal, referindo a diversidade de atividades ali desenvolvidas e os projetos dos empresários para o futuro;-----
- Declaração da Embaixada da Rússia em Portugal, que não nos diz nada de novo;-----
- Ofício à AdRA sobre obras de saneamento na E.N. 328 – Pavimentação;-----
- Parecer sobre o processo de ocorrência de cheias no Rio Vouga, a jusante da barragem de Ribeiradio, referindo o Presidente da Assembleia Municipal que aquilo que nos “venderam” para a implementação da barragem e as suas vantagens na regularização do

- caudal para evitar as cheias era mera retórica, porque as cheias vão continuar a acontecer e a gestão da barragem poderia ter sido feita de forma mais prudente;-----
- Convite da BUMP para concerto de Páscoa, 15 de abril, onde esteve presente o Primeiro Secretário em representação da Mesa);-----
 - Prorrogação da suspensão de mandato – Ana Rita da Costa Sousa Figueiras;-----
 - Rotary Club de Sever do Vouga – Convite para a inauguração do marco rotário, 21 abril, onde o segundo Secretário esteve presente em representação da Mesa. O Presidente da Assembleia Municipal informou ter estado presente no jantar comemorativo do 35º aniversário no mesmo dia;-----
 - Informação sobre a campanha Proteger Crianças Compete a Todos;-----
 - Requerimento para inclusão de ponto na Ordem de Trabalhos;-----
 - Carta aberta endereçada ao Presidente da Assembleia Municipal, de Bárbara da Silva Costa;-----
 - Informação do Gabinete da Presidência, com cópia de uma queixa-crime apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal contra o Vereador António José Martins Coutinho, que deu entrada no dia 28 de abril no DIAP de Albergaria-a-Velha relativamente a factos que terão ocorrido no intervalo da última sessão da Assembleia Municipal e que poderão integrar a prática de um crime de ameaça agravado, o Presidente da Mesa lamentou esta situação, que se dispensava para o bem e para o prestígio das instituições;-----
 - No dia 02 de março, esteve presente numa reunião com uma Comissão de Criação de Monumento aos Combatentes do Ultramar a implantar na vila de Sever do Vouga;-----
 - No dia 02 de março, esteve presente numa reunião com os representantes da Escola Profissional de Aveiro numa análise da relação contratual vigente;-----
 - Reunião no Centro Distrital de Aveiro da Segurança Social no dia 07 de março, no âmbito da transferência de competências para o Município;-----
 - Esteve numa visita de felicitações à centenária D. Cesaltina, nos seus 108 anos de idade;-----
 - Em 19 de março, esteve na cerimónia de entrega de certificados de participação no Festival das Camélias;-----
 - Em 01 de abril, esteve na cerimónia de abertura da apresentação do I Congresso Municipal de Envelhecimento Saudável, no CAE;-----
 - Em 09 de abril, esteve no convívio da Rota das Laranjeiras, em Pessegueiro do Vouga;-
 - Em 25 de abril, esteve presente na cerimónia de celebração daquele dia, de referir que foi notada a ausência dos senhores membros da Assembleia Municipal nas cerimónias de hastear das bandeiras ao som do hino nacional;-----
 - 26 de abril esteve na Assembleia Intermunicipal da Região de Aveiro;-----
 - Antes da sessão esteve em Silva Escura para dar início às emissões da Rádio N16 que iniciou hoje a sua atividade;-----
 - Convite para 7 de maio, da mesma entidade, para um almoço de apoio a este projeto da Rádio N16;-----
 - Convite do Presidente da Câmara Municipal para um espetáculo musical, no dia 30 de abril, no CAE, do artista António Calvário;-----
 - Convite para inauguração da relva sintética do ringue da Senhorinha no dia 01 de maio;
 - Convite do Vougapark para o evento “Lança o Teu Futuro” no dia 04 de maio;-----
 - 13 de maio, convite da CIRA para a cerimónia de encerramento e apresentação de resultados da operação Região de Aveiro Digital.-----

-----2 – Período de Antes da Ordem do Dia-----

----- O Presidente da Assembleia Municipal solicitou aos membros que pretendiam inscrever-se para intervir no período de antes da ordem do dia, que transmitissem essa intenção, com vista a realizar-se o registo e à chamada por ordem de inscrição ou alternada nos termos regimentais.-----

Feitas as inscrições, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra a Diana Paiva.-
Diana Paiva – Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal e restante executivo, excelentíssimos senhores membros da Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores. Na passada segunda-feira vivemos o quadragésimo oitavo aniversário do 25 de Abril, um marco importantíssimo da nossa democracia. Aquele que nos trouxe tantos direitos e tantas liberdades, essas todas que nos permitem falar abertamente e a tantos de nós, portugueses, de dizer o que lhes apetece. Mas, em democracia temos que saber viver com todas estas liberdades e saber dar a devida importância e relevo a cada uma delas, pois, acaso estas liberdades apenas sirvam para fazer descer o nível de se fazer política, às mesmas deve ser atribuído o relevo que elas merecem, que é zero, pois que apenas servirão para distrair aqueles de qual é o objetivo principal, servir o público e a causa pública, aqui, os severenses e o concelho de Sever do Vouga. Queremos dar os parabéns ao executivo por ter lembrado esta data do 25 de Abril com solenidade e com uma comemoração que dará que falar por algum tempo. Primeiro, senhor Presidente, a manhã com o hastear da bandeira e hino nacional, à tarde um concerto comemorativo com a nossa Banda Filarmónica Severense juntamente com André Sardet, mas também uma surpresa reservada aos Severenses, para aqueles que ainda não o sabiam, presenciar a qualidade dos seus dotes vocais. Os severenses já conheciam os seus dotes de se dar à população que quer servir, mas, desta vez, constataram que também sabe dar música de qualidade. Verificamos, com muito agrado, que o executivo relançou o Orçamento Participativo, esse instrumento elevado da participação democrática da população e que não ficou a aguardar por grupos de trabalho com temas a discutir infinitamente. Está lançado e a correr de feição e os severenses a saber dar a devida importância e relevo pois já perceberam que com este instrumento podem contribuir para um concelho mais evoluído. Registamos, ainda, com muito agrado a duplicação da verba atribuída até então, o que permitirá, porventura, abarcar mais projetos. Pedimos ao executivo que, terminado o processo de votação do orçamento participativo seja realizada uma análise ao modelo do mesmo e ao processo que decorreu, com entrega de relatório com conclusões a esta Assembleia. Por último pedimos ao executivo que nos faça um ponto de situação da implementação de todos os projetos anteriores, dado que essa informação ficou sempre incompleta. Obrigada.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra a João Oliveira.-----
João Oliveira – Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal e restante executivo, membros da Assembleia Municipal, senhores presidentes de Junta, comunicação social, meus senhores e minhas senhoras. O 25 de Abril foi apenas há 4 dias. Viva o 25 de Abril! Viva a liberdade! A propósito do 25 de Abril e, também, da situação que atualmente o mundo vive, permitam-me que vos faça uma pequena confidência. No dia 25 de abril de 1974, eu estava em Tomar, a cumprir o serviço militar obrigatório. Tinha interrompido os meus estudos. Já tinha estado nos Rangers em Lamego. Já tinha estado num curso de Minas e Armadilhas e estava a formar batalhão, mobilizado, para ir para a guerra, para ir para a Guiné. Dias depois do 25 de Abril, vim a casa, fiz a mala e despedi-me da família. Fui para Santa Margarida e o meu batalhão começou a partir para a Guiné. Partiu a companhia de comandos e serviços. Partiu a primeira companhia de combate. Partiu a segunda companhia de combate e, quando chegou a hora de partir a terceira companhia, a minha companhia, esta já não partiu. Graças a este desfecho, estou hoje de consciência tranquila. Nunca matei, nem nunca andei aos tiros a ninguém. Agora, pensem em todos aqueles que são obrigados a ir combater. Defensores ou invasores. Viva o 25 de Abril de 1974! Quero, ainda, aqui recordar o martirizado povo ucraniano, a quem desejo que, também ele, tenha o seu 25 de Abril rapidamente. Confesso que, não consigo compreender como é que em pleno século XXI, num Mundo cada vez mais global, altamente tecnológico e que se diz civilizado. É, ainda, possível acontecerem as

atrocidades que vemos diariamente, serem cometidas na Ucrânia. É inadmissível. Falando de datas, quero dizer-vos que, no passado dia 21 de Abril, durante a visita do Governador do Distrito 1970 do Rotary Fernando Nogueira ao Rotary Club de Sever do Vouga, foi inaugurado, pelo Presidente da Câmara Municipal, um monumento que está localizado na rotunda de acesso ao novo centro escolar de Sever do Vouga. Este acontecimento foi abrilhantado pelo grupo “Cantos e Cordas da Universidade Sénior do Rotary”, que deliciou os presentes. Este monumento, designado Marco Rotário, encontra-se assente sobre a uma pedra de granito da nossa região e apresenta uma roda dentada com 24 dentes, sobre uma mão estendida. A mão aberta e estendida, significa a disponibilidade, a entrega e o apoio dos rotários deste concelho à comunidade. A roda simboliza a Universidade do Rotary. Os 24 dentes da roda dentada representam as 24 horas diárias que cada Rotário tem para desfrutar, viver e partilhar com amizade e companheirismo o ideal de servir. O design deste belo monumento, é da autoria de uma jovem severense, de nome Beatriz Martins, filha do Eng.º Manuel Martins, presidente da Arestalfer. O projeto foi executado e financiado pela empresa Arestalfer e pela empresa Valart e foi instalado naquele local pela Câmara Municipal. Embora projetado e executado pelo Rotary, trata-se de um monumento dos severenses e para os severenses, para ser contemplado também por quem nos visita. Por lapso do Rotary não convidámos todos os vereadores e deputados do concelho. Em nome do Concelho diretor do Rotary Club de Sever do Vouga, do qual também faço parte, apresento as nossas desculpas pelo facto. Ainda no dia 21 de abril, foi dado mais um passo, no sentido da preservação do ambiente no nosso concelho. Foi inaugurado o primeiro compostor comunitário na nossa vila, que se encontra localizado junto ao novo centro escolar. É pequeno, mas de uma enorme importância, pois a sua aquisição e instalação visa sobretudo a sensibilização da população, para os benefícios ambientais da compostagem. Visa ainda a sensibilização dos severenses para a importância que têm alguns dos nossos pequenos gestos diários, na preservação do nosso planeta. De facto, nos dias de hoje, toda a gente fala do ambiente, da sustentabilidade e ecossistema, da poluição e do carbono, mas infelizmente as ações são escassas. Compete-nos a nós fazer a nossa parte, independentemente dos outros o fazerem ou não. O maior de todos os erros é não fazer nada, só porque se pode fazer pouco. Repito, o maior de todos os erros é não fazer nada só porque se pode fazer pouco. Se cada um de nós fizer o seu pouco, todos nós, faremos muito. E ao fazermos o nosso pouco, hoje, amanhã e depois, estamos a ser amigos do ambiente, estamos a tratar da saúde do nosso planeta, estamos a contribuir para uma vida melhor, num planeta mais habitável. Enfim, estamos a cuidar da vida dos nossos filhos e das novas gerações. O local da instalação do compostor teve em conta a educação e a sensibilização das nossas crianças, para a prevenção ambiental, estando previstas campanhas de divulgação junto das mesmas. Pretende-se ainda, que as crianças sejam um elo de transmissão das boas práticas ambientais para os adultos, a começar pelos pais. A aquisição deste compostor é fruto de uma parceria entre o RCSCV, a Associação SeVerde e a Câmara Municipal de Sever do Vouga, e teve ainda um apoio financeiro da Rotary Foundation. A Rotary Foundation é uma fundação sediada nos Estados Unidos, que apoia projetos de ajuda às comunidades por todo o mundo. Trata-se da fundação que concedeu um apoio de cerca de € 40 000,00 ao Rotary Clube de Sever do Vouga, apoio este que contribuiu para a aquisição de uma ambulância, um barco de salvamento, equipamentos de desencarceramento e também equipamentos de salvamento em esarpas e rabinas, para os nossos bombeiros, entregues em 2015 e anos seguintes. A parceria entre organizações, locais e não locais, é extremamente importante pois, para além do intercâmbio de ideias e dos desenvolvimentos de relações de companheirismo, permite ainda a execução de projetos com um maior significado e amplitude, projetos estes que uma organização isolada dificilmente consegue concretizar. Por este motivo gostaria de pedir ao senhor Presidente da Câmara Municipal e restantes membros do executivo, para que, quando se encontram com as associações locais, procurem sensibilizá-las para a importância de se associarem e de fazerem parcerias com outras associações ou mesmo com o município,

sempre que tal se proporcione. Algumas associações já o estão a praticar e com sucesso. Também a autarquia pode e deve colaborar, de forma ativa e empenhada, na sustentabilidade ambiental no nosso concelho. As tarefas do município na sustentabilidade ambiental, deverão compreender um conjunto de ações pertinentes, e esforços que se estendem da educação ambiental à inovação tecnológica, passando pela recolha e tratamento de resíduos, pela instalação e manutenção de contentores, pela limpeza das ruas e sarjetas, pela criação e manutenção de espaços verdes, tarefas estas fundamentais, quando se quer gerir a qualidade socioambiental do concelho. Vemos espalhados, junto dos contentores do lixo, em ribanceiras, nas matas, à beira das estradas, colchões, eletrodomésticos, bidões com óleos, etc., etc., etc. Sugerimos a existência de uma viatura que, periodicamente e em datas do conhecimento dos residentes, faça a recolha destes materiais, que os moradores na véspera, ao final do dia, estarão autorizados a deixar junto dos contentores do lixo. Esta viatura ao fazer esta recolha, de forma sistemática e regular para o Ecocentro, poupará tempo e dinheiro aos munícipes, pois evitará as várias deslocamentos dos munícipes ao mesmo, permitirá uma maior recolha, uma melhor seleção e evitará em parte, o triste espetáculo que nós vemos diariamente, no nosso concelho, à beira das estradas, nas matas e pasme-se, até nas linhas de água. Naturalmente que esta viatura por si só não vai resolver o problema, mas acompanhada de uma campanha de sensibilização junto da população, e com a ajuda da comunicação social local, estamos certos de que dará um grande contributo para a resolução do mesmo. O dia 5 de junho, Dia Mundial do Ambiente, está à porta. Justifica-se que se faça algo pelo ambiente nessa data. Porque não o município, promover uma ação de sensibilização junto da comunidade escolar? E porque não, nesta abordagem do tema junto da comunidade escolar, fazer uma ação, em parceria com a empresa que recolhe os óleos alimentares usados, elaborando um flyer e oferecendo a cada criança algo que levem para casa e que ao mostrarem aos pais motive o diálogo com os mesmos, e a correspondente sensibilização? Por exemplo, um simples funil para recolha dos óleos usados alimentares era quanto bastava. Sabiam que uma família de 4 pessoas consome em média 1 litro de óleo por semana? Um litro de óleo doméstico deitado no ralo da banca da cozinha, chega a contaminar 1 milhão de litros de água? Mil litros de óleos alimentares usados permitem produzir mais de 900 litros de biodiesel, combustível que apresenta índices de emissão de dióxido de carbono que podem ser 80% mais baixos do que os que são emitidos ao utilizar gasóleo. Pensem nisto e tirem as devidas conclusões. Compete também às associações locais, contribuir para o bem-estar e para a saúde do nosso planeta. Felizmente, no nosso concelho, algumas estão a fazê-lo, com responsabilidade, com sucesso e com sentido do dever cumprido, e por isso, sem referir nomes, fica aqui o nosso justo reconhecimento pelo seu trabalho e dedicação a esta causa. E termino com uma frase, que é uma evidencia. É preciso mudar atitudes e comportamentos em relação ao ambiente, para continuarmos a habitar este planeta. Obrigado a todos e peço desculpa por ter sido tão longo.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Couto de Esteves, Sérgio Soares.-----

Sérgio Soares – Muito boa tarde, minhas senhoras e meus senhores, senhores deputados municipais, senhores vereadores e senhor Presidente da Camara, caríssimo Presidente da Assembleia Municipal. Quero, hoje, nesta assembleia dizer que, dez anos passados da experiência que Sever do Vouga já tem, naquilo que são os impactos negativos que os aproveitamentos hidroelétricos provocam nas populações locais e naquilo que é o combate às alterações climáticas, nomeadamente no aproveitamento hidroelétrico Ribeiradio-Ermida, o qual coloca aqui, na nossa agenda atual, os prejuízos causados por descargas descontroladas a jusante com avultados prejuízos aqui na zona de Pessegueiro e da Foz e um extenso relatório do IGAMAOT que coloca em causa todo o desenvolvimento da orla da albufeira a montante, foi com sentimento de algum carinho que assisti ao consenso entre as três bancadas partidárias desta assembleia na abstenção da moção contra a construção de mais um aproveitamento hidroelétrico em Sever do Vouga – o de Lourizela. Em tantos

anos de política concelhia, nunca aqui tinha assistido a tanto consenso junto. Ainda bem que estas sessões ainda são transmitidas em direto para que o povo perceba o consenso que existe entre estas 3 bancadas do PS, do PSD e CDS. Tenho que sublinhar mesmo, os ambientalistas deste concelho e que nesta assembleia se sentam, mas que não tiveram a coragem de votar favoravelmente uma moção que simplesmente tinha por objetivo tentar evitar a morte de mais um rio em Sever do Vouga e defender o interesse do próximo e das populações locais. Senhoras e senhores, se há momentos que ficam para a história desta assembleia municipal, esse foi com certeza um deles. Quero terminar dizendo que, em 2012 quando ainda nem projeto havia e não se sabia exatamente o que ia ser construído no rio Lordelo, muitos dos que aqui estão sentados nesta sala, mas que já se esqueceram, assinaram a petição para o cancelamento do aproveitamento hidroelétrico de Lourizela. De entre as centenas de assinaturas e dos que nesta sala se sentam, destaco, por exemplo a do cidadão Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo, que para além da assinatura deixou a seguinte mensagem: *“Os direitos da população devem sobrepor-se aos interesses de uma qualquer empresa”*. Mas, no passado dia 24 de fevereiro, nesta assembleia, foi muito mais fácil todos vós assobiarem para o lado. Disse-----

Pelo **Presidente da Assembleia Municipal**, foi dada a palavra a António Monteiro-----
António Monteiro – Muito boa tarde, senhor Presidente da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores deputados municipais, senhores Presidentes de Junta. Eu acho que, nesta primeira reunião que temos depois de termos celebrado o 25 de Abril, aqui no concelho, e de termos recebido as respostas da Embaixada da Rússia e da Ucrânia àquilo que foi a nossa manifestação de solidariedade para com a Ucrânia e de censura da invasão Russa, merece algumas reflexões e merece, também, que falemos de forma clara. O 25 de Abril, uma revolução que se iniciou com o propósito dos três dês, descolonizar, democratizar e desenvolver, foi uma revolução que, a meio do seu processo, houve quem tentasse capturar. O 25 de Abril não tem donos e foi fundamental a existência do 25 de Novembro para que a democracia efetiva realmente existisse em Portugal porque, durante esse período, e, às vezes, é bom fazermos essa história, houve quem, para além de entregar aos Soviéticos aquilo que eram os territórios portugueses do Ultramar para descolonizar, procurou transformar este país numa colónia soviética. Por isso mesmo, naquela altura, foi importante estarmos do lado certo. Do lado daqueles que querem uma democracia pluralista neste país. Que estão empenhados num projeto europeu e que, evidentemente, tem, do outro lado, como vemos agora, no caso da Ucrânia, quem queira fazer renascer uma nova cortina de ferro com uma nova guerra na Europa num regime denominado por cleptocratas e oligarcas. Mas, este desafio, em que já falei um pouco daquilo que foi o primeiro dê da descolonização, mas que temos o dê da democratização e em que, para nós, é fundamental o papel que as autarquias locais têm no exercício da democracia local e, também, o papel que as autarquias locais têm no terceiro dê, que é o desenvolvimento, carece de ser, este último dê, em particular, de ser plenamente alcançado. Por isso mesmo, quando falamos nas autarquias locais, na importância da descentralização, na importância de desenvolver, nós não podemos deixar de registar aquilo que resulta de um relatório, que aqui nos foi distribuído pela mesa, relativamente às cheias ocorridas, aqui, no Rio Vouga, e que foi encomendado pela Câmara Municipal à Universidade de Aveiro. É importante falarmos nisto porque, se há matéria que nós consideramos que é central, neste concelho, e que tem implicações ambientais, tem implicações económicas e tem implicações na qualidade de vida, é a água. Eu relembro aquilo que eu já disse, aqui, na última Assembleia Municipal, em 2016, a Associação Zero, face aos vários parâmetros existentes, da análise da qualidade da água, classificou Sever do Vouga como o pior concelho do país em termos de qualidade da água. Neste momento, já se fez a ETAR de Sóligo. Temos intervenções que têm vindo a ser feitas no território de Sever do Vouga e em que o nosso desejo é que a qualidade da água melhore de forma muito significativa, mas se há preocupação central, essa preocupação é da qualidade da água. Eu confesso, também, que, quando estamos aqui, na Assembleia Municipal, e, em especial, no período de antes da

ordem do dia, é importante, para nós, procurar encontrar aquilo que são os consensos e unirmos todas as forças políticas e os severenses, em torno daquilo que são os objetivos que nós consideramos fundamentais. Não necessitam ser apenas nossos, podem, também, ser partilhados por outras forças políticas. E, naquele relatório, aquilo que nós verificamos, relativamente às cheias, é que, apesar da precipitação ter sido considerada elevada, não foi extrema. Houve alturas em que houve maior precipitação que se pode, os efeitos dos incêndios ter ajudado a aumentar o nível de acumulação de água na barragem. Mas é um facto que não conhecemos o plano de gestão da albufeira. Esse plano de gestão da albufeira deveria antecipar este tipo de eventos e deveria ponderar haver um maior abaixamento da albufeira prevenindo aquilo que são as cheias. Mas, aquilo que nós procuramos fazer, aqui, é chamar a atenção para estes pontos, perguntar ao Município quais são os passos seguintes em relação a este processo, o que é que é importante nós colaborarmos para apoiar o Município na reivindicação de uma solução para um problema causado pela Greenvouga e que causou prejuízos ao Município e aos munícipes. Aquilo que nós não vimos fazer, aqui, digo-vos, é politiquice, como já aqui acabou de ser feita, em torno de moções. Vamos ver se nos entendemos numa coisa. Sempre que nós apresentámos, aqui, propostas, e alguém nos pediu para consensualizar, às vezes até para adiar, estivemos disponíveis para conversar. Agora, vamos a ver se somos sérios e leais nesta discussão. Nós pedimos isso. Disseram-nos que não. E nós dissemos que estaríamos disponíveis para apoiar, mas que precisávamos de conversar. Quem não quer conversar é que não quer ter o voto a favor. Nós abstivemo-nos. Mas, aí tem a ver com a boa-fé com que se apresentam as propostas. Não posso, também, deixar de registar que, apesar de não ter sido, ainda, aqui apresentada uma proposta de moção, foi-nos informado, na reunião prévia que tivemos, que ia ser apresentada aqui uma moção. Tem algumas partes que até são copiadas de uma moção do CDS do anterior mandato. Por acaso eu reparei que houve uma vez que até foi copiada duas vezes a mesma coisa. É uma falha. Quando se quer fazer diferente, convém não se copiar duas vezes a mesma coisa porque fica em duplicado. Mas, nós, mais uma vez, aquilo que dizemos é que estamos disponíveis para conversar. Estamos disponíveis para encontrar uma solução. Não estamos aqui com má vontade absolutamente nenhuma, nem com nenhum jogo. Mas, se é para ter o voto a favor, houve o cuidado de distribuir. Não foi, ainda, apresentada por alguma razão? Afinal, a proposta é para ser votada nesta reunião, ou, não é? Já agora, e para explicar, estou a falar do senhor Presidente da Junta do Couto, para que não fique nenhuma dúvida. Há disponibilidade para acertar o texto e corrigir, nomeadamente, aqueles dois parágrafos que foram copiados em duplicado, por exemplo? Sim ou não? Se é para ter o voto favorável dos deputados, conversemos. Tentemos fazer as coisas por bem e não aquilo que eu considero que é procurar fazer um número político. Nós também fazemos os números quando queremos fazer, mas convém que sejam bem feitos. Para não me alongar mais, aquilo que eu diria é que, da parte do CDS, nós somos, particularmente, transparentes nesta matéria. Estaremos sempre disponíveis para os consensos que forem considerados importantes a favor de Sever do Vouga, venham as propostas de onde vierem. Agora, sem truques, por favor. Muito obrigado.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra a António Dias.-----
António Dias – Muito obrigado, senhor Presidente. Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores membros da Mesa, senhores membros da Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores, senhores jornalistas. Eu começo por uma notícia que, infelizmente, ou melhor, não sei porque é que a comunicação social não deu aso, mas que, possivelmente, será o melhor resultado desportivo do nosso concelho nos últimos anos. Eu vou pedir ao senhor Presidente para apresentar aqui um voto de louvor ao cidadão Daniel Batista Tavares, da freguesia de Talhadas, que foi campeão nacional de natação nas categorias de Juvenis, em 50 metros livres, 100 metros livres, 50 metros mariposa, e vice-campeão Nacional nos 50 metros mariposa e em terceiro lugar nos 200 metros livres. Por isso, a bancada do CDS

apresenta, aqui, um voto de louvor que eu espero seja votado favoravelmente. Passando, agora, aos assuntos da Junta de Freguesia, senhor Presidente, fico contente por estarmos hoje em Pessegueiro. Espero que seja a primeira de muitas assembleias descentralizadas. Talhadas aguarda e está preparada para a próxima, por exemplo. Para o Presidente da Câmara, gostava de saber, aqui, algumas respostas. Foi feito, como toda a gente sabe, a execução do Orçamento Participativo 2019 uma obra que são os passadiços na Cascata de Água d'Alte, no Vilarinho. A Junta tem ido fazer as limpezas e tem ido recolher o lixo, mas, até hoje, não houve atualização no protocolo com a Câmara. Gostava de saber para quando. A seguir, a pavimentação de várias curvas da E.N. 333, ainda do anterior executivo. Estão um perigo. O cruzamento da Vide está um perigo, bem como algumas estradas da freguesia. Gostava de saber, senhor Presidente, se tem ideia de quando poderão ser intervencionadas. Sobre o centro escolar na freguesia de Talhadas, gostava de saber se tem alguma coisa que possa dizer. Também a abertura da creche, em Talhadas. A Junta de Freguesia de Talhadas, salvo erro, em 2005, cedeu um terreno para a construção de um centro de dia e de uma creche. Na altura, custou vinte mil contos. Tenho visto vários apoios para a Santa Casa da Misericórdia. Esta creche foi inaugurada com pompa e circunstância e, até hoje, nunca funcionou e eu pergunto porquê. Mas, continuam a dar subsídios. Segundo me disseram, o médico de família de Talhadas vai sair no terceiro trimestre deste ano, mais tardar em outubro. Gostava de saber se tem alguma ideia se já está a substituição preparada, ou se vamos ficar sem médico de família. O ponto de situação da Zona Industrial de Talhadas, foi-nos dito que faltava apenas ser votado em Assembleia Municipal. Não vi, hoje, esse ponto e gostava de saber quando é que ele virá à assembleia. Senhor Presidente, também, ainda do anterior executivo, a Praia Fluvial do Rio Alfusqueiro no Cortez. Como sabem, houberam as cheias em dezembro de 2019, ficou a ponte toda escavada, insegura e intransitável. A época balnear tem de ser preparada com tempo e gostava de saber se tem alguma ideia de quando é que poderá reunir com a junta para ver este ponto. Gostava de saber se há possibilidade de colocar mais ecopontos em Talhadas. Tenho uma ideia que lhe lanço aqui de repto. Muitas pessoas pretendem construir em Talhadas e lanço o repto para a minha freguesia e, se calhar, para as outras, de vermos até que ponto poderíamos, em parceria com a Câmara Municipal, adquirir terrenos para construção e vendê-los a um preço mais reduzido, mas que não tivessem prejuízos para as juntas e para a Câmara Municipal. No fundo, com a ajuda dos gabinetes de engenharia e arquitetura do Município e poderíamos adquirir terrenos, lotear e, depois, vender a preços bastante competitivos e, assim, fixar cá os nossos jovens. Protocolo com o exército, solicitei via e-mail ao senhor Presidente a sua contratualização para vários trabalhos. Constatei que o meu pedido foi ouvido, já contactaram as restantes freguesias e gostava de saber quando é que tenciona ter este protocolo a funcionar. Por fim, senhor Presidente, prometido e cumprido, a freguesia de Talhadas vai ser a primeira freguesia do país a lançar o chamado Vale Farmácia. Ou seja, lançar o Festalhadas mais saúde conhecido por Vale Farmácia, que é um apoio para pessoas pensionistas, participando em 50% medicamentos sujeitos a receita médica, com plafond de € 100,00 por ano. o mesmo se passa para a natalidade. Programa Festalhadas + Natalidade que vai apoiar, durante dois anos, os bebés nascidos na freguesia de Talhadas, dando um plafond para todo o tipo de medicação de € 100,00. Obrigado, senhor Presidente.-----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra a Júlio Fernandes, chamando a atenção para o facto de o tempo do PS ter sido excedido e pedindo a maior brevidade.-----

Júlio Fernandes – Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa. Senhor Presidente da Câmara e senhores Vereadores, senhores deputados municipais, senhores Presidentes de Junta e público em geral. O que me traz aqui, mais uma vez, senhor Presidente, é um tema que deve-nos preocupar a todos e que é o problema dos cães vadios na nossa freguesia. No meu lugar, já mataram cabras, galinhas e, agora, são os gatos. Tenho três gatos e não gostava que eles fossem mortos pelos cães vadios e Deus queira que não sejam pessoas. No meu lugar, as pessoas já não saem para

fazer uma caminhada com medo dos cães. Tenho conhecimento de três ninhadas só em Nogueira. O senhor Presidente tem de fazer alguma coisa por isto porque é uma calamidade que já ninguém pode sair da sua casa com medo dos cães. Eu deixava aqui um alerta que tomasse providências sobre isto. Muito obrigado.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra a Sérgio Soares.-----

Sérgio Soares – Muito obrigado, senhor Presidente. Dr. António Carlos Monteiro, não há aqui politiquice nenhuma. Tanto é que, há aqui muita coerência e muitos anos de política. Antes do senhor cá andar, eu já cá andava e espero continuar durante muitos anos. Aproveito para dar uma palavra sobre a moção e dizer que não há aqui equívoco nenhum, nem erro nenhum porque foi mesmo propositado porque não há partes iguais. A moção foi mesmo um *copy/paste* para não haver dúvidas, como na última assembleia, de faltar informação ou de haver alguma dúvida para os senhores deputados municipais. Assim, foi um *copy/paste*, já sabem, não é preciso virmos aqui, futuramente, apresentar mais nada. Por fim, só dizer que, nesses anos todos que aqui ando, porque o senhor doutor gosta de dizer que veio e é que trouxe essas ideias todas, mas já antes de vocês cá andarem eu já tinha feito uma moção para todas as sessões da Assembleia e da Câmara Municipal serem transmitidas em direto. Quanto à moção, vou-me abster de apresentar porque foi um *copy/paste* e fica à vossa consideração. Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Antes de colocar à apreciação a moção apresentada pelo Sérgio Soares e o voto de louvor apresentado pelo senhor Presidente da Junta de Talhadas, vou dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara para, se o entender, responder a algumas questões.-----

Presidente da Câmara Municipal – Boa tarde. Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, excelentíssimas senhoras e senhores Vereadores, excelentíssimas senhoras e senhores membros da Assembleia Municipal, excelentíssimas senhoras e senhores Presidentes de Junta, excelentíssimos senhoras e senhores membros do público aqui presente, comunicação social, a todos, muito boa tarde. Antes de mais, quero manifestar o nosso agradecimento ao senhor Presidente da Junta de Pessegueiro do Vouga por nos ter proporcionado a possibilidade de hoje aqui exercermos a nossa Assembleia Municipal, um direito da democracia que advém do 25 de Abril e que foi uma opção tomada para que se possa, também, manter uma série de eventos que estão a desenrolar-se no Centro das Artes e do Espectáculo. Diana Paiva, o ponto de situação relativamente ao Orçamento Participativo, nós vamos solicitar aos serviços e ser-vos-á enviado para que, de uma forma mais completa possa chegar até vós. Senhor membro da Assembleia Municipal, João Oliveira, quero felicita-lo pelo seu discurso. Se me permitir, foi o melhor discurso que fez até agora. Concordo com tudo aquilo que disse e gostaria muito mais de o ver com estes discursos nas próximas Assembleias Municipais, se me permitir a sugestão. Fazer parcerias com outras associações, ou com o próprio Município, acho uma excelente ideia. Dia 05 de junho fazer um evento relativo ao Dia Mundial do Ambiente, vamos tratar disso. Pode ser, até, juntamente com a SeVerde. António Monteiro e senhor membro da Assembleia Municipal Sérgio Soares, situação dos pareceres. Como sabe, foi pedido um parecer à Universidade de Aveiro, é o primeiro de três, o parecer, pelo menos é o entendimento que eu faço, dá-nos razão. Pedimos, ainda, um parecer ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil e ao Instituto Superior Técnico. Naturalmente, isto representa um custo muito elevado ao Município e eu, juntamente, com os senhores Presidentes de Câmara Albergaria e os senhores Presidentes de Câmara de Águeda, tenho tentado que esses custos sejam partilhados, uma vez que, também eles, foram alvo de estragos motivados pelas cheias de 2019. É evidente que estamos a combater uma multinacional, a EDP, portanto, não é uma situação fácil, mas não basta dizer, pura e simplesmente, que somos contra. Eu sou contra as cheias no rio, no ano de 2019, sou absolutamente contra a barragem de Riberadio nos moldes em que foi feita, acho que foi dos piores negócios que este Município já fez. Só me lembro de um pior, e fui, e sou absolutamente contra a criação de uma mini-hídrica em Lourizela, nos termos em que

foi proposta, no ano de 2012 e os termos em que foi proposta, na altura, era a criação de uma albufeira com cerca de 2 hectares na zona de Parada, a criação de um viaduto, ao ar livre, com uma série de metros, a criação de uma casa enorme junto da ponte, portanto, contra esses termos, sou absolutamente contra e disse, na altura, e faço questão de o dizer hoje. Os direitos da população devem sobrepor-se aos interesses de uma qualquer empresa. Mas, se me permite, senhor membro da Assembleia Municipal Sérgio Soares, eu gostaria de acrescentar, aqui, um ponto, para que, daqui a dez anos, o senhor se lembre daquilo que eu disse hoje. Os direitos da população devem sobrepor-se aos interesses de uma qualquer empresa, mas também se deve sobrepor aos interesses e às ambições pessoais de um qualquer político. Nós temos que ser claros e temos que perceber o seguinte: a Câmara Municipal, se aquele empreendimento foi possível, ou vai ser possível, não se deve a nada que a Câmara Municipal possa fazer. Aliás, eu disse-lhe isso e o senhor presidente sabe disso. Não tenho conhecimento de como é que funciona, como é que vai ser, se é que vai ser, esta mini-hídrica. Também lhe disse isso. Penso que o senhor saberá mais do que eu porque, até colocou na sua página do Facebook uma imagem a três dimensões. Disseram-me isso, tentei consultar, mas como o senhor me bloqueou no Facebook, lamento, mas não pude ver. Portanto, o máximo que eu posso fazer é perguntar aos serviços se já deu entrada algum tipo de pedido e, a partir daí, ver o que se pode fazer. Agora, há uma coisa que eu vou deixar muito claro, a si, e às restantes pessoas presentes. Eu não vou permitir que se enganem as pessoas. Isto é uma situação muito séria e a forma como estamos a trabalhar revela a nossa preocupação e é assim que se deve trabalhar. É procurando pareceres, procurando explicar à EPD que não pode fazer o que quer e o que entende às restantes empresas. Agora, não é dizendo às pessoas “eu sou contra”. Nós não somos crianças de três anos. As minhas filhas faziam isso, eu não quero fazer, sou contra, mas muitas vezes, nós temos é que usar a inteligência e temos que usar a capacidade dos técnicos e temos que usar os pareceres para tentar convencer as pessoas de que é possível haver alternativas. Finalmente, senhor António Días, vou passar a palavra ao senhor Vice-Presidente Paulo Nogueira. Sobre a Zona Industrial de Talhadas, eu penso que não terei dito que já estava e que teria que vir à Assembleia Municipal. O que eu terei dito, e peço desculpa se me fiz explicar mal, é que a CCDR aprovou a nossa proposta que lhes enviamos e, agora, há todo um procedimento que esperamos, e temos todas as expectativas, de que vá correr bem, ou seja, aquilo que se vai conseguir aquele aumento grande da Zona Industrial de Talhadas, portanto, na próxima semana, vamos dar início à, eu se calhar chamava, aqui, o técnico que explicava como é que funcionava. Não se importa, Dr. Alexandre? Já agora, é uma forma de se publicitar como é que se vai fazer este procedimento e toda a gente ficaria a saber.-----

Alexandre Pereira – Senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, ilustres membros, senhoras e senhores. Este é um procedimento normal do Plano Diretor Municipal que é a fase da discussão pública. Chegámos ao término do processo, que já tinha sido encetado a alguns anos, a esta parte, que resulta de uma disposição legal. Esta alteração do PDM destina-se a dar cumprimento à lei de solos. É muito cirúrgica, destina-se a algo em concreto. Obviamente, o Município aproveita esta oportunidade para poder, muitas vezes, alargar algumas disposições e este executivo, em concreto, quando entrou, apresentou uma noção muito clara de aumentar as áreas industriais e isso foi feito. Ainda em novembro, demos espaço para que essas ponderações fossem feitas, fizemos todas as alterações e, depois, demos seguimento. Conseguimos, em fevereiro, que a CCDR desse um parecer global positivo. Não só a CCDR, mas todas as entidades externas ao Município. Uma vez que não precisámos da fase de concertação, porque não houve nenhum parecer negativo, isto permitiu-nos avançar, agora, para a fase da discussão pública, conforme disse o senhor Presidente, que vai começar segunda-feira. Esta próxima segunda-feira, dia 02 de maio, que é um período mínimo de 30 dias, conforme a Câmara aprovou, vamos ter a fase da discussão pública que é um momento em que as pessoas são convidadas a conhecer o plano e podem fazê-lo na página do Município, podem fazê-lo

presencialmente, nas nossas instalações, todos os dias úteis, entre as 09:00 e as 16:00, todos os elementos, em papel, estão disponíveis, para que qualquer pessoa possa consultar e, depois, poder fazer uma participação, uma sugestão, e essas ponderações, essas participações, no final desta discussão pública, são alvo da nossa análise e poderão, eventualmente ser acolhidas, ou não, mas, permitam-me dizer, aqui, que, num curto espaço de tempo, por força, também, de disposições legais, nomeadamente da Reserva Ecológica Nacional, a Câmara vai ter de lançar mão de uma nova revisão do Plano Diretor Municipal. Portanto, se nós não pudermos acolher, neste momento, as vossas sugestões, poderemos ficar com elas em carteira e dar-lhes espaço, logo a seguir, na revisão do Plano Diretor Municipal. Este é um momento bastante relevante. Permita-me, ainda, senhor Presidente, dizer que vai haver uma sessão única de apresentação do Plano Diretor Municipal, que terá lugar no dia 13 de maio, e será no CAE, pelas 21:00. Esta informação será divulgada.-----
O Presidente da Assembleia Municipal perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se estava concluída a informação.-----

Presidente da Câmara Municipal – Peço desculpa, não sabia se o podia chamar, mas acho que foi suficientemente esclarecedor e faço minha as palavras do Dr. Alexandre.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Sim. Eu percebi.-----

Presidente da Câmara Municipal – Relativamente às zonas industriais, está tudo tratado. Relativamente a essa questão do aumento da zona de construção, é algo que podemos ver agora nos trinta dias. Se não foi possível no âmbito desta chamada segunda alteração da primeira revisão do PDM, uma vez que vamos iniciar, muito em breve, a segunda revisão do PDM, poderemos incorporar aí. Sobre os cães vadios, senhor deputado municipal Júlio Fernandes, é um problema que se arrasta há muitos anos, como sabe. Nós encontramos uma situação caótica no que diz respeito aos cães vadios. Há duas questões que têm que ser tratadas separadamente, mas ao mesmo tempo. Por um lado, a recolha dos animais. Nós tínhamos presente, no Município, um Veterinário Municipal, que não era usado. Nós chamamos para os nossos serviços, ainda não está em funcionamento completo o gabinete, mas ele já tem andado por aí e vamos ter criado esse gabinete e o senhor Veterinário Municipal também nos vai ajudar na captura dos animais. Esta semana, foi a reunião de Câmara uma proposta para um protocolo, com a Associação Mimos & Tratos, que tem, como sabe, um abrigo, mas é necessário licenciar o abrigo para que tudo fique legal e, ao mesmo tempo, nós propomos aumentar o abrigo que lá está, o que nos vai dar capacidade para mais animais para lá os podermos abrigar. **O Presidente da Câmara Municipal** pediu ao Vereador **Ricardo Silva** para falar sobre o assunto.-----

Ricardo Silva – Nós temos tido muitas reclamações. O problema dos animais é um problema conhecido por nós há muito e que nos temos debatido a tratar desse problema e, efetivamente, em Pessegueiro, no lugar de Nogueira, tem tido esse problema. Esta semana temos algumas reclamações e, até eu, na companhia do senhor Vice-Presidente viemos aqui a um caso complicado, mas que, nesse caso, está numa propriedade privada. A Câmara ainda não tem direito sobre a propriedade privada, mas vamos tentar resolver de alguma forma, mas como disse o senhor Presidente, no dia 19 de abril, temos um novo arquiteto na Câmara Municipal e estamos a tentar realizar um projeto para um novo canil de forma a podermos recolher os animais, porque, o grande problema, neste momento, dos animais errantes, é que, nós até temos alguma capacidade de recolha, só que não temos onde os colocar. E a lei não permite recolhermos os animais e voltar a colocá-los na rua e estamos a tentar, com esta situação com a Mimos & Tratos, que é o mais rápido possível, conseguirmos alojar alguns deles. Mas, no futuro próximo, penso eu, e espero eu, termos o nosso canil municipal com essa capacidade. Sei que é um problema difícil, as pessoas têm constrangimentos de animais mortos e de ataques a pessoas. Neste momento, é o que nós temos tentado fazer com o nosso Veterinário Municipal que não estava cá, mas que agora está, dentro das possibilidades já temos feito algumas castrações. Também temos uma parceria com a Clínica Veterinária do Vouga que também nos tem ajudado muito e estamos a tentar resolver da melhor forma possível. Não é ideal, isso é verdade. Fazemos

um ato de contrição, mas ainda não estamos aqui há tanto tempo como isso para podermos ter o nosso canil pronto. Espero que seja uma realidade. Peço desculpa a si e a todos os munícipes que são intervenientes nestes processos dos animais, mas estamos a trabalhar em relação a isso. Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal perguntou ao **Presidente da Câmara Municipal** se já tinha concluído a sua intervenção.-----

Presidente da Câmara Municipal – Eu não. Passo a palavra ao senhor Vice-Presidente.--

Vice-Presidente da Câmara Municipal – Muito boa tarde a todos. Duas ou três questões para dar nota. Uma, senhor deputado João Oliveira, de facto o meio ambiente é uma consciência que deve ser de todos e não só dos serviços municipais, pelo que, de facto, as campanhas de sensibilização para isso se tornam fundamentais para não vermos comportamentos com os quais eu tenho assistido e todos nos temos assistido nos últimos tempos que, apesar de avisos e recomendações, inclusive a colocação de placas de aviso para não se colocar determinados resíduos, as mesmas indicações não são acolhidas pelos munícipes. A sua sugestão de passarmos um carro para recolher esses ditos resíduos é uma situação que já ocorre, pelo menos, uma vez por mês, junto aos ecopontos, mas, mais do que isso, e uma vez que nós, como é do conhecimento de todos, também estamos numa fase de adaptação da recolha dos resíduos sólidos urbanos e dos monos, como referiu, e bem, neste momento, temos mais do que isso. Neste momento, ninguém precisa de colocar um dito mono à porta de ninguém. Basta, simplesmente, agendar esse serviço, na Câmara Municipal, e este tipo de resíduos é recolhido na sua porta evitando os danos que são provocados ao ambiente, quer sejam visuais, quer sejam sob o ponto de vista da poluição. Senhor deputado António Dias, relativamente à E.N. 333, estamos em fase de análise e de colocação da obra que exigiu para que se possa colocar em andamento e que seja lançada num curto espaço de tempo. E, este curto espaço de tempo, não estou a falar em meses. Estou a falar nas próximas semanas. Relativamente ao médico de família de Talhadas. Como sabem, passamos um período difícil, ainda recentemente, estamos em fase de transferência de competências, que ainda não foi efetivada. Tivemos já várias reuniões, quer com a ARS Centro quer com o ACeS do Baixo Vouga, para definirmos uma estrutura para os cuidados de saúde no concelho de Sever do Vouga. Paralelamente a isto, existe, contratado pelo executivo anterior, um Plano Municipal de Saúde, que está a decorrer e teremos que verter as conclusões que esse plano irá trazer, sendo que, foi-nos dada indicação, por estas entidades, que estariam acauteladas as condições da reforma dos médicos em causa. A organização destes serviços é importante para a atratividade que nós possamos oferecer aos clínicos que exercem a sua atividade no nosso concelho. Um à parte sobre isto, relativamente à delegação de competências, nós não efetivamos essa delegação porque entendemos que as condições que nos eram apresentadas não correspondiam ao que o Município esperava, nomeadamente no que diz respeito ao edifício sede. No passado dia 05 de abril, tivemos uma reunião com o arquiteto da ARS para definirmos as prioridades e identificar as lacunas e, dentro do possível, criar um edifício com outras condições e dignidade. Não só para os utentes que lá vão, mas também para os profissionais que lá trabalham. Relativamente à praia fluvial do Cortez, existia um parecer, da APA, que era necessário, mas o muro já está para concurso, portanto, já está na contratação para avançar a requalificação da zona afetada. Envidamos alguns esforços, também, junto da autarquia de Águeda, para que seja corrigida a situação, como é do seu conhecimento e de todos, está na parte que pertence ao Município de Águeda. Relativamente ao Vale Farmácia, estou em condições de avançar, porque tive essa negociação concluída nos últimos dias, que a autarquia vai lançar a Rede Solidária do Medicamento, que é um pouco mais do que isso. Significa que, qualquer cidadão, independentemente da sua idade, desde que preencha os critérios para integrar este programa, são critérios apertados, porque é um apoio que será, efetivamente, para quem dele necessita e esta Rede Solidária do Medicamento vai fazer com que o apoio seja sem condição de plafond, ou seja, não existe um plafond anual para a pessoa utilizar, o que a

pessoa utilizar é aquilo que a Rede Solidária do Medicamento vai compartilhar. Relativamente à limpeza dos espaços verdes, os espaços verdes são da responsabilidade, segundo o antigo protocolo que foi efetuado com as Juntas de Freguesia, da Junta de Freguesia. Por isso, assim continuarão assim.-----

Presidente da Câmara Municipal – Relativamente à E.N. 333, está tudo pronto e pode-se lançar, na próxima semana, a execução.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Só para informação, todas as bancadas, com a exceção do PSD, que excederam o tempo. O senhor Presidente da Câmara já utilizou algum do tempo do PSD, porque estava assim previsto. Antes de passar ao voto de louvor e à moção, eu queria apenas, porque me esqueci, agradecer ao senhor Presidente da Junta e à Junta de Freguesia de Pessegueiro, pela cedência do espaço. De facto, foi um lapso meu. Uma vez que em nenhuma das intervenções ninguém falou neste assunto, eu sinto-me na obrigação de o fazer e questionar o senhor Presidente da Câmara sobre o Relatório do Estatuto do Direito de Oposição, que deveria ter sido apresentado para apreciação da Assembleia e que não foi, portanto, se tem alguma explicação para isso.-----

Presidente da Câmara Municipal – Relativamente a esse documento, ainda não está pronto. Iremos enviar assim que esteja terminado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Sei, também, a propósito, que este documento, nos anos anteriores, nunca terá sido apresentado. Foi a informação que me deram. Mas, é uma obrigação legal, portanto, recomendo que, de facto, na próxima Assembleia tenhamos esse documento para apreciar. O senhor Sérgio Soares dizia que queria defender a honra a propósito de ...? Faça favor, tem a palavra.-----

Sérgio Soares – O senhor Presidente da Câmara falou diretamente, para mim, e eu entendi que foi uma insinuação e que eu enganei alguém. Eu lamento, senhor Presidente da Câmara, a forma arrogante com que o senhor tem vindo a responder às perguntas dos deputados municipais e queria relembrar que, neste órgão, a Assembleia Municipal, o senhor Presidente devia limitar-se a responder às perguntas feitas pelos deputados municipais e, aqui, também a Mesa devia ter mão nisto, senhor Presidente da Mesa. Relembro, também, que esta arrogância, esta forma de se vitimizar, senhor Presidente da Câmara, já devia ter sido ultrapassada porque, se há problemas que vinham de trás, e se há coisas que o senhor não sabe e que o senhor vem com este tipo de vitimização, o senhor esquece-se que foi Vereador durante os últimos quatro anos e que nunca argumentou nada durante esses anos, porque andou ali a fazer aqueles quatro anos de período de estágio e, agora, tem vindo aqui empurrar as responsabilidades sempre para os outros. O senhor é Presidente do que herdou de bom e é Presidente do que herdou de mau e veja lá se, uma vez por todas, ultrapassa isso para bem do concelho e para bem desta Assembleia e para bem da Câmara. Para terminar, e relativamente ao projeto hidroelétrico de Lourizela, quero dizer apenas que, em 2012, quando o senhor Presidente da Câmara escreveu aquele comentário, já se previa uma conduta enterrada, e não ao ar livre como o senhor disse na sua intervenção, e o projeto, na sua generalidade, é igual. O rio continua igual, que não tem caudal, que não vai conseguir abastecer nem a conduta de um metro e meio, que era prevista há dez anos atrás, como aquela de oitenta centímetros que é prevista agora. O rio não tem caudal, nem para uma coisa, nem para outra, portanto, é a perda de um rio que está aqui em causa. E, já agora, se o senhor diz que alguém enganou alguém, especifique e diga quem enganou quem. Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado, senhor Presidente da Junta. Só para dizer que, quando eu acho que devo intervir, faço-o. Como, até agora, achei que não havia necessidade, não o fiz. A sua opinião vale o que vale, mas quem manda nos trabalhos sou eu. Ainda mais um pequeno esclarecimento que me esqueci há pouco, em relação ao senhor Presidente da Junta de Talhadas que disponibilizou uma sala da sua freguesia para uma próxima sessão. Esse assunto, como é evidente, não está fora de questão. Só para dizer que o facto de ter sido, hoje, aqui, foi uma questão excepcional, e não se prende, sequer, com essa eventual rotatividade pelas freguesias que se possa vir a fazer no futuro.--

Presidente da Câmara Municipal – Senhor Presidente, eu não posso responder ao senhor Presidente da Junta?-----

Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Câmara tem que ser muito rápido, por favor, porque estamos a ultrapassar os tempos limites.-----

Presidente da Câmara Municipal – Eu queria, apenas, dizer que eu acho que tenho respondido de forma humilde e procurando esclarecer todos os pontos. Aliás, faço questão de pedir aos meus colegas, uma vez que eu, enquanto Presidente da Câmara, não domino todos os assuntos ainda, tenho pedido aos meus colegas para que todos fiquem o mais esclarecidos possível. Só para dizer ao senhor Presidente da Junta que, quem determina o que eu digo sou eu, não é o senhor Presidente da Junta. Portanto, vou responder como eu entender que é melhor, não é como o senhor quer que eu responda. Muito obrigado.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** apresentou o Voto de Louvor ao jovem Daniel Batista Tavares, subscrito pela bancada do CDS.-----

Voto de Louvor a Daniel Batista Tavares pelos resultados alcançados nos Campeonatos Nacionais de Natação de 2022 em Juvenis-----

Considerando que:-----

*Entre 31 de março e 03 de abril de 2022, na piscina olímpica de Coimbra, se realizaram os Campeonatos Nacionais de Natação nas categorias de Juvenis, Juniores e Seniores;---
Que nesses campeonatos, o severense da freguesia de Talhadas, Daniel Batista Tavares, na categoria de Juvenis, se sagrou:*-----

- *Campeão Nacional 50mt livres;*-----
- *Campeão Nacional 100mt livres;*-----
- *Campeão Nacional 50mt mariposa;*-----
- *Vice-Campeão Nacional 50mt mariposa;*-----
- *Terceiro lugar nos 200mt livres;*-----

Estes resultados resultam do elevado esforço, dedicação e mérito desportivo deste atleta severense que logrou, assim, alcançar destaque a nível nacional, apesar da sua ainda jovem idade;-----

O mérito e resultados desportivos alcançados, tornando-o um dos expoentes nacionais juvenis na modalidade desportiva da natação, são merecedores dos maiores elogios e reconhecimento pelo Município de Sever do Vouga.-----

Pelo que, a Assembleia Municipal de Sever do Vouga, reunida no dia 29 de abril de 2022, delibera saudar e louvar o atleta Daniel Batista Tavares, pelos resultados obtidos nos últimos Campeonatos Nacionais de Natação de 2022 – Categoria de Juvenis, prestando-lhe, bem como à sua família e a todos os que de forma direta, ou indireta, contribuíram para os mesmos, a devida homenagem.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu o voto de louvor à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. De seguida, apresentou a moção submetida pelo senhor Presidente da Junta de Couto de Esteves:-----

Moção para a transmissão das Reuniões de Câmara-----

Considerando que:-----

a) Na necessidade de aproximar os eleitores e os eleitos e de uma maior transparência da gestão autárquica, acho que é hora de facilitar o acesso dos cidadãos de Sever do Vouga ao órgão executivo do poder local, independentemente de os cidadãos poderem assistir presencialmente a estas sessões. Os órgãos eleitos, recorrendo às facilidades proporcionadas pela tecnologia da informação podem, facilmente, transmitir em direto as suas sessões públicas;-----

b) Estou convicto que a possibilidade de transmissão, na internet, das reuniões públicas do executivo da Câmara de Sever do Vouga será acolhida tanto pelas diferentes forças representadas na Assembleia, como pela Câmara Municipal de Sever do Vouga;-----

c) A divulgação em direto e a existência de um repositório com os ficheiros áudio e vídeo das reuniões será um importante contributo para a democracia local no concelho de Sever do Vouga;-----

A Assembleia Municipal de Sever do Vouga delibera recomendar à Câmara Municipal:----

1) Que transmita as suas sessões, ordinárias e extraordinárias, em direto, através da internet, nos formatos vídeo e áudio, acessíveis a todos os severenses, utilizando, para isso, os meios técnicos do município;-----

2) Disponibilizar, para consulta, a qualquer cidadão o áudio e vídeo registados durante as suas sessões, no sítio web do município;-----

3) Que as reuniões públicas da Câmara Municipal de Sever do Vouga sejam, também, transmitidas em direto, via internet, nos formatos vídeo e áudio e que seja criado um repositório das sessões no sítio do município.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu um período de intervenções, dando a palavra a Diana Paiva.-----

Diana Paiva – Muito obrigada, senhor Presidente da Mesa. Efetivamente, reparamos que, nesta moção, há pontos que estão em duplicado e a duplicação surge, precisamente, pelo facto de a moção anterior prever a transmissão das sessões da Assembleia Municipal e, também, se ter pedido para as reuniões do Município serem transmitidas. Por isso mesmo, o que nós sugerimos é que esta moção seja alterada. O ponto 1 não faz sentido porque se verifica que estará relacionado com a transmissão das sessões da Assembleia Municipal e, no ponto 3, consideramos que as sessões deverão ter um atraso em relação ao que está a ser realizado no momento. Aquilo que se conhece como sendo, precisamente, a transmissão dos *óscares* que é realizado, mas é uma transmissão que é realizada pela televisão tem um atraso de cinco ou dez minutos. Consideramos que é um bom princípio a transmissão. Que esta seja realizada na página do Município, não em qualquer site ou redes sociais, mas sim na página do Município e que esta transmissão tenha um atraso de cinco ou dez minutos relativamente à hora que a sessão se está a realizar. É esta a nossa proposta relativamente à moção. Consideramos que a mesma, e na sequência do que disse o senhor deputado António Monteiro, e muito bem, que estas moções podem e devem ser discutidas e estarem abertas a propostas dos outros membros e nós consideramos que esta proposta deverá ter esta alteração de haver um atraso de cinco ou dez minutos relativamente à reunião de transmissão na página de internet do Município. Muito obrigada.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** disse que daria, excecionalmente, um pequeno período de tempo, quer ao CDS, quer ao PS, para intervir sobre a moção. Deu a palavra a António Monteiro.-----

António Monteiro – Muito obrigado pela tolerância, senhor Presidente da Mesa. Senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores. Eu penso que a deputada Diana Paiva identificou, claramente, onde é que estava a falha da redação, portanto, o fundamental aqui é saber se há disponibilidade de Sérgio Soares para aceitar esta proposta de alteração e, se houver, muito bem. Penso que conseguiremos, mais uma vez, votar consensualmente esta matéria. Por isso mesmo, para nós, o fundamental é saber que alterações é que são aceites pelo senhor Presidente da Junta do Couto ou, se eventualmente, haverá uma proposta de alteração no caso de não ser aceite essa proposta para podermos decidir o nosso sentido de voto. Muito obrigado.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra a Sérgio Soares.-----

Sérgio Soares – O ponto 1, a Assembleia Municipal de Sever do Vouga delibera recomendar à Câmara Municipal 1 que transmita as sessões ordinárias e extraordinárias, em direto, através da internet, nos formatos de vídeo e áudio acessíveis a todos os severenses, utilizando, para isso, os meios técnicos, com um intervalo de cinco minutos. E, no ponto 3, é cortado, então, porque seria uma repetição do outro, porque as sessões da Assembleia Municipal já são transmitidas.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** pediu a Diana Paiva que apresentasse a alteração para ser colocada à votação.-----

Diana Paiva – Relativamente ao ponto 1, fica alguma confusão porque poderia ser sessões da Assembleia Municipal, esse sairia fora. O ponto 3 passaria a ponto 1 porque não haveria confusão nenhuma porque são as reuniões públicas da Câmara Municipal

transmitidas com um atraso de cinco minutos e na página de internet do Município. E o ponto 2 mantinha-se.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação a moção com as alterações sugeridas por Diana Paiva, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

Moção para a transmissão das Reuniões de Câmara-----

Considerando que:-----

a) *Na necessidade de aproximar os eleitores e os eleitos e de uma maior transparência da gestão autárquica, acho que é hora de facilitar o acesso dos cidadãos de Sever do Vouga ao órgão executivo do poder local, independentemente de os cidadãos poderem assistir presencialmente a estas sessões. Os órgãos eleitos, recorrendo às facilidades proporcionadas pela tecnologia da informação podem, facilmente, transmitir em direto as suas sessões públicas.*-----

b) *Estou convicto que a possibilidade de transmissão, na internet, das reuniões públicas do executivo da Câmara de Sever do Vouga será acolhida tanto pelas diferentes forças representadas na Assembleia, como pela Câmara Municipal de Sever do Vouga.*-----

c) *A divulgação em direto e a existência de um repositório com os ficheiros áudio e vídeo das reuniões será um importante contributo para a democracia local no concelho de Sever do Vouga.*-----

A Assembleia Municipal de Sever do Vouga delibera recomendar à Câmara Municipal:----

1 - *Que as reuniões públicas da Câmara Municipal de Sever do Vouga sejam transmitidas em direto, com um atraso de cerca de 5 minutos, na internet, na página oficial da Câmara Municipal.*-----

2 - *Disponibilizar, para consulta, a qualquer cidadão o áudio e vídeo registados durante as suas sessões, no sítio web do município.*-----

Presidente da Assembleia Municipal – Antes de passar para o intervalo, queria só introduzir uma questão que tem a ver com uma alteração à Ordem de Trabalhos, por aditamento, porque se trata de uma situação urgente e que tem a ver com uma delegação de competências na senhora Diretora do Agrupamento Escolar. Já receberam esse documento, e tenho de o colocar à votação, para se constatar se aceitam esse documento, ou seja, introduzir o ponto 3.10 Autorização para Delegação de Competências na Diretora do Agrupamento Escolar de Sever do Vouga – Minuta de Contrato. O órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, a alteração à Ordem de Trabalhos.-----

----- 3 – Período da Ordem do Dia -----

3.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal: - O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Estou ciente de que o documento que receberam contém toda a informação relevante. Tendo em consideração o volume do mesmo, parece-me desnecessário a sua leitura neste momento. No entanto, não posso deixar de destacar as reuniões de trabalho que temos mantido com a CIRA, o Turismo de Portugal e a CCDR-C, no sentido de trabalharmos para o desenvolvimento do nosso concelho. Apreciamos saber que os nossos esforços estão a dar frutos, uma vez que a CCDR-C deu luz verde à pretensão de ampliação das zonas industriais de Cedrim e de Talhadas. Qualquer estratégia de desenvolvimento e progresso do concelho tem que ter como pilar o tecido empresarial e a promoção de condições para a melhor instalação de novas empresas e ampliação de unidades existentes. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu um período para intervenções e deu a palavra a Jorge Graça.-----

Jorge Graça – Excelentíssimo senhor Presidente da Mesa e restantes membros da mesma, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, excelentíssimos colegas da Assembleia Municipal, excelentíssimo público presente e público que nos segue através da transmissão online. Boa tarde a todos. Em primeiro lugar, quero pedir desculpa porque estou com algumas dificuldades vocais, mas vou tentar exprimir-me da melhor forma

possível. Um à parte antes da minha referência direta à informação escrita, e que o senhor Presidente me vai permitir, que é só um comentário em relação a algumas coisas que já aconteceram aqui hoje e, principalmente, vindas do senhor deputado António Monteiro. Realçar, ao fim ao cabo, o seu grande apelo à confluência de ideias, ao sentido de agregação. Quero destacar esta referência, porque nota-se a vossa mudança de postura, uma vez que foram cooptados para o poder pelo PSD, porque, no anterior mandato, a vossa postura não era exatamente esta. Também no seguimento disso, o senhor Presidente da Câmara, há pouco, pediu a ajuda de um técnico do Município, o Dr. Alexandre, e muito bem, mas não posso deixar de destacar aquilo que aconteceu numa das Assembleias no anterior mandato em que, também, o anterior Presidente da Câmara pediu ao Dr. Luís Figueiredo para fazer um esclarecimento, e em que o senhor deputado António Monteiro se opôs à intervenção porque, efetivamente, não haveria direito a isso. Eventualmente, esta confluência das bancadas, e digo mesmo da bancada da oposição andou longe disso, e eu não gosto nada do termo "oposição", pois acho que somos bancadas de apoio e não de oposição, mas é o termo que nos designa e temos que o aceitar. Só queria sublinhar que, efetivamente, eu, enquanto estiver sentado na bancada da oposição, nunca farei oposição por fazer. Tentarei sempre fazer uma comparticipação de ideias e de projetos e dar o meu contributo sempre no sentido positivo. Nunca farei politiquices porque eu, como um político que estive no poder durante não sei quantos anos dizia "eu não sou político", e eu também não tenho nenhuma aspiração a ser. Passando, mais propriamente, à informação escrita do senhor Presidente, eu continuo a achar que continua demasiado maçada. É difícil de ler na sua plenitude. Li algumas partes e noto, principalmente pela informação escrita do senhor Presidente, na primeira parte, um espírito muito mais positivo porque vejo que o senhor Presidente escreveu esta comunicação já muito mais voltado para o presente e para o futuro e já deixou, como alguém aqui já falou, os fantasmas do passado. Como o senhor deputado Sérgio Soares já disse, quando escreveu a última, eventualmente, tinha-se esquecido que tinha estado quatro anos no anterior executivo, ou parecia que se tinha esquecido. Quero realçar pela positiva que deixou para trás o passado e acho que isso é muito positivo e que, efetivamente, se concentra muito mais no presente e no futuro e é esse o caminho para Sever do Vouga. Em relação à E.N. 328, sei que há ali uma anotação, e só quero realçar que teve o cuidado de frisar que estavam preocupados com o estado em que o piso está a ficar. Efetivamente, o piso não está a ficar nas melhores condições. Não percebo nada de obras públicas. Não consigo entender como é que uma máquina, que anda a asfaltar, deixa o piso naquelas condições, mas sei que está acautelado por vós essa situação de, quando a obra for entregue, ser entregue com o piso nas devidas condições. Em relação às obras públicas, tenho pena que sejam poucos parágrafos, mas continuam a faltar alguns aspetos que eu acho que seriam positivos, da minha perspetiva e na perspetiva do PS. Continua a faltar a data de início das empreitadas, o prazo de execução e, também continua por esclarecer se a taxa de execução que aparece é a taxa de execução financeira ou se é em termos efetivos da obra. Gostávamos que isso também aparecesse, pois acho que seria muito mais positivo. Depois, não me apercebi de nenhuma referência em termos de prevenção de incêndios. É um setor que me é, particularmente, querido. Já foi, aqui, falado pelo senhor Presidente da Junta de Talhadas, e eu também sei porque, numa reunião que tivemos, em relação à AHT, foi falado pelo senhor Presidente, nessa reunião, e agradeço muito a forma como nos recebeu, e a forma muito positiva e cordial e sempre pela positiva, mas foi-nos comunicado de que havia intenções de fazer um protocolo com o Regimento de Engenharia de Espinho no sentido de tentar que houvesse alguma intervenção em termos de limpeza dos acessos principais e dos aceiros, etc.. Queria saber se o senhor Presidente tem mais alguma informação sobre isso porque acho que seria muito positivo. Já agora, queria partilhar aqui um repto, aproveitando a presença dos senhores Presidentes de Junta. Nós temos o exemplo da freguesia de Talhadas, temos uma associação criada para o efeito, a Associação Humanitária de Talhadas, e acho que seria uma boa ideia, principalmente para as freguesias mais distantes da sede do concelho,

onde se situam os bombeiros, que fazem esse trabalho melhor do que qualquer um, mas em complemento dessas ações, acho que, nas freguesias mais distantes, convido-vos a terem a ideia e de, até, desenvolver um projeto como nós fizemos, em Talhadas, porque acho que é muito proveitoso e a taxa de sucesso, em termos de eficiência na redução de área ardida é muito grande e é comprovado. Desde 2014 até agora, temos noção de que temos feito um bom trabalho reconhecido pelos nossos bombeiros a quem nós ajudamos a ajudarem-nos. É uma ideia positiva e não faz sentido para as freguesias que não têm área florestal, nem para as que estão próximas dos bombeiros, é principalmente para aquelas que estão mais distantes onde os bombeiros demoram mais a chegar. Faria todo o sentido. Fica aqui o repto da minha parte. Em termos das reuniões de Câmara continuo a ler as atas das mesmas e continuo a ver que desapareceram os autos de medição e outros autos que apareciam nas reuniões do mandato anterior. Sei que não é obrigatório levá-los à reunião de Câmara, mas sei que, para pagar aos empreiteiros é preciso haver esses autos. Gostava que o senhor Presidente me dissesse se há alguma razão para não aparecer lá essa informação. É evidente que não é uma questão de legalidade, mas será mais uma questão de transparência. Muito obrigado.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a Sérgio Soares.--
Sérgio Soares – Muito obrigado, senhor Presidente. Minhas senhoras e meus senhores, relativamente à evolução que tanto se tem aqui falado das comunicações escritas, permitam-me dizer-vos que só consigo ver mais cor, mais fotografias e mais alguns problemas... pois os tons desta comunicação continuam as ser os mesmos – o cor-de-rosa alaranjado. Quanto a conteúdo tenho que utilizar a metáfora, já aqui utilizada, relativa às verbas que as freguesias deixaram de receber em 2018 devido à não atualização de protocolos – Nesse ano as freguesias deixaram de receber uma Raquel Tavares, um Moonspell, um Blind Zero, uma Quinta do Bill, 2 Capitães Faustos, uma Orelha Negra e Três Áureas. Hoje podemos usar a mesma metáfora e dizer que a Câmara mudou, mas os severenses continuam a ter apenas música e mais músicos, especialmente os idosos. Senhores deputados municipais, minhas senhoras e meus senhores, o parágrafo desta comunicação escrita, relativo ao apoio aos refugiados, é também um hino à música lírica, mas este não é, de certeza, o sítio para se brincar à música nem ao lirismo. Se hoje temos 4 mulheres e 4 crianças ucranianas em Sever do Vouga é apenas porque há pessoas anónimas que se mobilizaram, que sabem receber, que sabem acolher, que sabem ser hospitaleiras, que sabem estar presentes e que sabem resolver os problemas de quem recebem. Ao contrário desta Câmara e do que está escrito neste documento. Esta Câmara está longe de saber o que é ser hospitaleiro, não foi capaz de antecipadamente nem atempadamente assegurar respostas naquilo que eram as necessidades básicas de um refugiado (alimentação, saúde, educação e a integração) não sabe o que é ser proativo e andou a reboque em todo o processo. Se tivesse mesmo que escolher uma palavra para caracterizar a ação desta Câmara em todo o processo de acolhimento dos refugiados, abdicaria de todo o parágrafo que o senhor Presidente de Câmara escreveu e utilizaria apenas a palavra “*incompetência*”. Disse.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a Sandra Pereira.-----
Sandra Pereira – Obrigada, senhor Presidente, o qual começo por cumprimentar, assim como à restante mesa. Senhor Presidente da Câmara, Vereadores, deputados municipais, público aqui presente e comunicação social, os meus cumprimentos a todos. Ao contrário, talvez, daquilo que foi dito até agora, a bancada do CDS demonstra uma grande satisfação com a informação escrita. A informação está detalhada, contudo propomos que seja colocado um índice para que nos seja mais fácil consultar a informação detalhada a que agora temos acesso. Sendo eu da área da cultura, é aqui que eu também me quero expressar e quero, também, demonstrar o agrado, como município e, também, como deputada, daquilo que se tem vindo a desenvolver na área da cultura, no nosso concelho, nos últimos meses. Tem sido bastante visível o apoio deste executivo, quer nas associações culturais, a nível financeiro, pelos apoios que tem prestado, e também pela sua

presença em todos os eventos culturais, pelo menos, daqueles que eu faço parte é sempre visto o senhor Presidente da Câmara ou o senhor Vereador Ricardo Silva. Quero, também, demonstrar o meu agrado em perceber que a cultura começa a ser descentralizada pelas freguesias através, neste caso, dos serões poéticos que têm vindo a ser feitos em diferentes freguesias, o que nos proporciona levar a cultura a todos os severenses que, se calhar, até ao dia de hoje, nem sempre poderiam estar presentes. É, também, notório todo este trabalho, essencialmente, com as comemorações do 25 de Abril. Acho que este foi o grande culminar, na área da cultura, nos últimos meses. Tivemos o nosso CAE completamente esgotado. Algo que não acontecia há muito tempo. Lamento que, nem todos gostam de música, mas ainda bem que os severenses continuam a gostar de música e que ela leve sempre e que seja sempre feita aqui no nosso concelho, para além de toda a outra área da cultura. Obrigada.-----

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra a Alexandre Tavares.-----

Alexandre Tavares – Muito boa tarde, excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores vereadores municipais, senhores deputados, público em geral. Aquilo que me traz aqui é mais ligado à minha parte da área da agronomia e um parecer levando a tirar ilações relacionadas com uma preocupação associada às limpezas florestais, como referiu o deputado. As limpezas florestais, e uma vez que estamos no término da lei que obriga à limpeza dos terrenos florestais, era importante que esta informação também viesse disponível na informação escrita, tal como as informações relacionadas com uma preocupação de todas as pessoas que passam na E.N. 16, ver o desenvolver de uma espécie invasora, as acácias, que proliferam nessas margens da E.N. 16. Algumas já foram intervencionadas por certas associações que tiveram o prazer e a dedicação de andar a eliminá-las manualmente. Mas, estas informações eram importantes vir aqui espelhadas, também, na questão da informação escrita, relativamente ao controlo dos incêndios e, então, à limpeza das estradas municipais, principalmente na E.N. 16 que é a entrada e saída de muitos municípios do nosso concelho.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra a Jorge Graça.-----

Jorge Graça – Boa tarde, novamente, a todos. Peço desculpa, mas não falei sobre um ponto que tinha na ideia referir. Tem um bocado a ver com a informação escrita, principalmente em relação à Zona Industrial de Talhadas e só queria exaltar a quem se deve a possibilidade do alargamento da mesma. Muitas vezes, fazem crítica aos conselhos diretivos dos baldios e eu quero, aqui, exaltar a atitude do Conselho Diretivo dos Baldios do Lugar de Talhadas no apoio que tem dado, inclusive, à Junta de Freguesia, pois sempre que lhe são solicitados apoios, têm-no feito, e também neste aspeto, no alargamento da zona industrial, de ceder 12 ou 14 hectares gratuitamente à Câmara Municipal para este efeito. Portanto, nem tudo que os conselhos diretivos fazem é mau e acho que esta foi uma excelente prestação do conselho diretivo de Talhadas em relação ao desenvolvimento da freguesia e do município. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** – deu a palavra a António Dias.-----

António Dias – Obrigado, senhor Presidente. Mais uma vez, sintam-se todos cumprimentados na sua presença. Senhor Presidente da Câmara, a primeira intervenção que faço sobre a informação escrita é sobre o BUPI (balcão único do prédio). Eu tenho assistido a Câmaras Municipais que têm viaturas móveis que vão circulando pelos municípios, nomeadamente Oliveira de Frades. Uma vez que isto tem a ver com o cadastro dos bens rústicos, eu pedia, senhor Presidente, se fosse possível, para ver da possibilidade de terem uma viatura móvel que fosse às freguesias, pelo menos à sede da freguesia e que criassem ações de sensibilização nas freguesias. Tornavam o serviço mais próximo e familiar. É a primeira sugestão. Senhor Presidente, eu tenho recebido, ultimamente, várias comunicações de pessoas e de projetistas que fazem projetos no âmbito dos Gabinetes de Ação Local. Como sabem, Talhadas fica mais próximo de Viseu

do que de Arouca. Por isso, peço aqui, uma vez que demora-se metade do tempo, a deslocação é mais rápida, e uma vez que as pessoas pagam pela deslocação dos técnicos, que, assim que possível, Talhadas deixe o território de intervenção da Adrimag e passe para o território de intervenção da ADDLAP - Associação de Desenvolvimento Dão Lafões e Alto Paiva, uma vez que os concelhos de São Pedro do Sul e Cinfães também estão divididos parcialmente. Obrigado, senhor Presidente.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições e antes de dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara, queria apenas dar um esclarecimento a Jorge Graça. De facto, o senhor Presidente da Câmara cometeu um lapso porque devia-me ter pedido permissão para chamar o técnico para prestar esclarecimentos. Ele reconheceu-o e eu não intervim por não ser conveniente dado que o esclarecimento era do interesse de nós todos. Mas, para lhe dizer, também, que não consegui perceber se esse seu reparo foi uma crítica à mesa ou uma crítica ao deputado António Monteiro. Se quer a minha posição, eu entendo que estes esclarecimentos, às vezes, são úteis. Não sou refém de nada do que se passou no mandato anterior, para que fique claro. Eu achei que, de facto, era de admitir esse esclarecimento e, de futuro, se houver essa necessidade, voltarei a autorizar.-----

Jorge Graça – Boa tarde. Percebeu muito bem. A minha intervenção, única e exclusivamente, teve como base o que se passou no mandato anterior em que o senhor Presidente não estava, sequer. Para clarificar a minha postura em relação a estes casos, acho muito bem que se dê a palavra quando o senhor Presidente da Câmara, e eu reconheço que o senhor Presidente da Câmara atual, nem os anteriores nem os futuros, terão capacidade de esclarecer convenientemente todos os assuntos, e eu acho que, se houver técnicos que o possam fazer, da minha parte não me oponho. O que eu quis realçar foi a mudança de atitude do passado para agora e que tem a ver com a cooptação para o poder do CDS pelo PSD. É só isto.-----

Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.--

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Senhor membro a Assembleia Municipal, Jorge Graça, quanto à informação, aquilo que lhe quero dizer é que vamos tentar melhorar a informação. Algum dia, o senhor deputado Jorge Graça há de ficar satisfeito com essa informação. Sobre os autos de medição, os autos de medição são técnicos. Eu penso que não faz sentido irem a reunião de Câmara Municipal, mas o senhor deputado, ou os senhores vereadores, têm a disponibilidade de irem à Câmara Municipal e nós mostramos os autos de medição. Estão abertos para todos. Não há problema nenhum nisso. Assim como lhe informamos o ponto de situação de cada obra. Se quiser, na próxima segunda-feira, teremos todo o gosto em dar essa informação. No que diz respeito aos autos de medição e aos autos de revisão, nunca percebi porque são questões técnicas, são os técnicos a quem compete verificar se o auto está devidamente executado. Acho que não faz sentido ir a reunião de Câmara Municipal onde nós não aprovamos questões técnicas. Nós aprovamos questões políticas. Relativamente à E.N. 328, como sabe, trata-se de uma obra do IP, agora, a sua execução não nos parece que esteja a ser feita da melhor forma. Nós, inclusive, pedimos ajuda ao senhor Professor Agostinho Bento, da Universidade de Aveiro, que teve a amabilidade de se deslocar ao Município de Sever do Vouga e que analisou, juntamente com o senhor Vice-Presidente e, mais tarde, comigo, alguns pontos de execução da obra e nós pedimos uma série de informações ao IP, com o conhecimento da AdRA, mas, infelizmente, até ao momento, não tivemos nenhuma resposta da parte do IP. A pessoa que contactámos foi a Diretora do IP, Eng.^a Ângela Sá, e os elementos que nós solicitámos, já agora, posso ler o e-mail enviado que diz o seguinte: *“Na sequência dos contactos tidos sobre os trabalhos que decorrem na E.N. 328, que foram muitos, venho por este meio solicitar que me sejam enviados, com a máxima urgência, os seguintes elementos: caderno de encargos, projeto da obra, controlo de qualidade das camadas granulares até às camadas betuminosas, certificação das misturas aprovadas. Reitero que continuamos a receber, diariamente, queixas e reclamações dos munícipes sobre os trabalhos em curso”*. Este e-mail foi enviado antes da Páscoa e ainda

não obtivemos resposta, voltamos novamente a insistir. De qualquer forma, posso anunciar que vamos tentar chegar a um acordo com a Universidade de Aveiro para, de alguma forma, ela fazer o acompanhamento junto das estradas municipais e, também, das próprias estradas nacionais que temos aqui no concelho. Um acompanhamento preventivo, mas manifesto a minha total preocupação sobre a forma como estão a decorrer os trabalhos e sobre a forma como está a ser feita a pavimentação. Relativamente à floresta, estamos, naturalmente, muito preocupados com a floresta. Ontem, tivemos a reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta onde falamos sobre o POM – Plano Operacional Municipal e vamos, já nos próximos dias, novamente reunir e pôr em ação este POM. Relativamente ao protocolo com o exército, estamos em vias de o terminar, mas continuamos à espera de algumas respostas das juntas. Se as juntas não responderem, nós próprios avançaremos para a preparação, mas quero chamar que, desde o início eu disse isto, que é das coisas que mais me preocupa no nosso município é a questão dos fogos. Nós temos um gradiente térmico elevadíssimo e, inevitavelmente, seremos alvo de fogos nos próximos anos. Senhor membro da Assembleia Municipal, Alexandre Tavares, nós iniciamos a limpeza da ecopista propriamente dita. Quanto à margem direita do Rio Vouga, estamos à espera, ainda, de um parecer da APA para procedermos à limpeza. Na primeira semana de maio, penso que não estou a mentir, temos uma reunião marcada com o Eng.º Raul da Quercus e o Eng.º Pedro Couto da EDP, no sentido de estabelecermos um protocolo de manutenção das margens do Rio Vouga. Não sei se será possível, mas há uma coisa que eu sei. Através do parecer que pedimos temos, seguramente, outra forma de negociação. Senhor António Dias, como sabe, o BUPI começou a funcionar em Sever do Vouga apenas com o técnico da Câmara. Entretanto, através de uma candidatura no âmbito da CIRA, apoiada a 85%, neste momento temos duas técnicas e o objetivo é muito claro, é que fá até às freguesias. Por proposta do senhor Vice-Presidente nós vamos fazer ações de sensibilização às Juntas de Freguesia. Irão ser contactadas em breve para explicar o que é este BUPI e, depois, contactaremos com vocês para que possam estas pessoas deslocar-se às Juntas de Freguesia e realizarem lá os registos. Senhor membro da Assembleia Municipal, Sérgio Soares, no dia 14 de março, a Junta de Freguesia do Couto, através da sua pessoa, contactou a Câmara Municipal de Sever do Vouga, nomeadamente o Gabinete de Apoio ao Presidente e aos Vereadores, para tentar perceber quais as ações que poderiam complementar esta oferta de alojamento, alimentação, educação para crianças, ensino da língua portuguesa, oferta de emprego a adultos. Confirma-se que, na pessoa da colaboradora Rita Figueiras, o Presidente da Junta de Freguesia foi informado que a Câmara Municipal apenas estava a receber e a registar ofertas de bens e de necessidades de refugiados e a receber pedidos de ajuda. Neste sentido, o Presidente Sérgio Soares informou que a Junta de Freguesia estava a disponibilizar a Casa da Fonte para esse fim, alojamento para 10 a 12 pessoas, com roupa de cama, eletricidade, água e gás para água quente. Corresponde à verdade que, no dia 15 de março, às 10:14 da manhã, a Vereadora Paula Coutinho informou, telefonicamente, o Presidente Sérgio Soares de que havia uma família Ucrainiana para alojar na Casa da Fonte, porém, não temos presente que o senhor Presidente da Junta tenha sublinhado que a casa não possuía cozinha com condições para refeições e que, por isso, era preciso essa providência. Aliás, a Vereadora solicitou uma visita à casa, a qual se realizou no dia 16 de março, pelas 08:40 da manhã, com a presença da colaboradora da Junta de Freguesia, Márcia Leitão, e da Vereadora Paula Coutinho, onde a colaboradora da Junta de Freguesia, Márcia Leitão, mostrou a casa, incluindo a cozinha que, embora não estivesse colada à casa, existe e está totalmente equipada com frigorífico, fogão, esquentador, micro-ondas, louça diversa, móveis, cadeiras, mesa, inclusive a mesma funcionária mencionou que o senhor Presidente iria comprar uma botija de gás para a dita cozinha. Junto à cozinha, tem casas de banho operacionais, uma mesa de exterior, e quando a Vereadora perguntou se o caminho para a cozinha estava iluminado, a mesma funcionária mostrou os holofotes, portanto, não compreendemos a alegação da inexistência de cozinha. Corresponde à verdade que, nesse mesmo dia, da parte da tarde, o

Presidente da Junta ligou à Vereadora para perguntar o que achara da casa, respondendo esta que a família Ucrâniana, de três mulheres e três crianças, sendo uma das crianças autista, chegaria no dia 18 de março e ficaria alojada na casa caso o senhor Presidente assim o entendesse. Temos conhecimento de que a família já cozinhou na dita cozinha e, inclusive, numa das visitas da senhora Vereadora Paula Coutinho, a Maria estava a descascar batatas para confeccionar o jantar. Corresponde à verdade que, pelas 20:00, do dia 18 de março, a família chegou à Casa da Fonte onde lhe foi servida uma refeição confeccionada pelo restaurante O Júnior, e oferecido um cabaz com mercearias pela Câmara Municipal. No dia 21 de março, pela madrugada, chegaram à casa mais duas pessoas, da mesma família, uma mulher e uma criança. Temos conhecimento de que foi providenciada alimentação conveniente à família alojada na Casa da fonte através da Fundação Bernardo Barbosa de Quadros. Senhor membro da Assembleia Municipal, Sérgio Soares, o que lhe quero dizer é o seguinte, nós estamos preocupados com esta situação da Ucrânia. Ninguém estava preparado para receber refugiados da forma que recebemos. Os severenses juntaram-se e puderam responder da melhor forma. Estou certo de que o senhor também terá respondido da melhor forma, da forma possível e estamos, naturalmente, muito agradecidos à Junta de Freguesia do Couto e à sua pessoa da mesma forma que estamos, naturalmente, muito agradecidos à Fundação Bernardo Barbosa de Quadros. Mas, quero-lhe dizer que, quanto aos refugiados, eu refuto, em absoluto, que a Câmara tenha sido incompetente. A Câmara fez tudo o que podia fazer e trabalhou com a comunidade e com o presidente da Junta do Couto. Mas, quero ainda dizer o seguinte. Esta Câmara Municipal não se aproveita de uma situação de tragédia para fazer política como o senhor acabou de fazer. Muito obrigado.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra a Sérgio Soares.-----
Sérgio Soares – Muito obrigado, senhor Presidente. Senhor Presidente da Câmara, começou pelo que o senhor terminou e, quando disse que a Câmara fez tudo, deixe-me dizer que a Câmara não fez nada. No dia 04 de março, a Câmara publicou, nas redes sociais, que ia ajudar o povo da Ucrânia. Desde o início da guerra na Ucrânia, houve reuniões do executivo nos dias 09 e 23 de março e nos dias 14, 20 e 28 de abril. Nessas cinco reuniões, conseguem-se apenas observar deliberações de circunstância. Pedidos de isenção de taxas a várias instituições subsídio-dependentes e anulação de faturas a vários parceiros desta Câmara. Relativamente à Ucrânia, não há uma única deliberação que mostre o apoio efetivo àqueles que fugiram das bombas e que chegaram a Sever do Vouga com uma mão à frente e uma mão atrás. Mas, nesta comunicação escrita, tinha que vir aquele paragrafozinho cor-de-rosa que nós sabemos. Mas, já agora, já que leu todo esse e-mail, unicamente trocado entre as instituições, deixe-me dizer-lhe que o senhor, se calhar, não sabe muito do que se passou porque, nesses dias importantes e de acolhimento desta família, o senhor andava nos desertos arábicos a tirar fotografias, portanto, não sabe, se calhar, de metade da missa a meio. Deixe-me dizer-lhe que eu tive vergonha, senhor Presidente da Câmara, no diz em que esta Câmara, presidida por si, e que a IPSS local que o senhor mencionou, da qual o senhor também faz parte do conselho de administração, dizerem-me que era uma ilegalidade fornecer comida cozinhada a esta família enquanto não tivessem número de Segurança Social e que a Segurança Social não pagaria essa comida. Tive vergonha de, nos primeiros onze dias que esta família cá esteve, oito pessoas tiveram que se desenrascar com meras mercearias e frangos congelados. Oito pessoas durante onze dias. Lamentável, ainda, muito mais situações que o senhor não sabe. Para terminar, já percebi que o senhor também não responde às perguntas, na minha penúltima intervenção fiz uma pergunta que não responde e acaba por preencher o tempo com coisas, se calhar, menos interessantes. Já agora, tem havido uma correria muito grande, de políticos, à casa onde está esta família instalada. Já que o senhor David Alves teve a possibilidade de fazer esse pedido, eu também o vou fazer e, se teve também o desprazo de vir aqui falar e perguntar quanto é que o senhor Ricardo Silva estava a mamar desta Câmara, quero-lhe perguntar o que é que o senhor Sandro, e muitos políticos, têm ido fazer

à Casa da Fonte e quanto é que o senhor Sandro, já agora, também está a mamar porque ele foi lá em horário laboral. Não sei o que é que tantos políticos vão fazer à Casa da Fonte e apoio efetivo, realmente, não há nenhum. Muito obrigado e peço desculpa por ter-me estendido.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou ao Presidente da Câmara se queria responder, avisando de que iria usar o tempo do PSD.-----

Presidente da Câmara Municipal – Vou tentar manter a elevação apesar da forma menos apropriada com que o senhor membro da Assembleia Municipal se expressou. Eu sei muita coisa, senhor Presidente da Junta. Eu fui, algumas vezes, à Casa da Fonte. A única diferença entre eu e o senhor Presidente da Junta é que eu não publicito nas redes sociais. Quero-lhe dizer que, os serviços vão mandar um relatório, a todos, do trabalho realizado para que não restem dúvidas e agora passaria, uma vez que uma das visadas foi a senhora Vereadora com o pelouro da Ação Social, passaria a palavra à Vereadora.-----

Paula Coutinho – Boa tarde a todas as e a todos. Efetivamente, acho que não devia falar, mas toca num assunto que também me é muito querido e que já foi, pelos vistos, chamado aqui a palco. Digo palco porque é isso de que se trata. Quando se tratam de famílias que, infelizmente, vieram da Ucrânia após uma guerra, chegaram cá assustados que, gentilmente, o senhor Presidente de Junta, e que já aqui foi relatado pelo senhor Presidente da Câmara, relatou os acontecimentos, mas devo informar, senhor Presidente, que nós estamos, diariamente, em contacto com os familiares que nos contactaram para receber a família que chegou cá da Ucrânia e nós estamos em diário contacto com quem cá está e sabemos que foram bem recebidos, quer pela Câmara, quer pelos coutenses que se uniram para dar o melhor para eles. O Presidente da Junta também esteve bem. Agora, eu acho que não é motivo e nem é sítio para tentar alavancar aquilo que o senhor Presidente fez e tentar salientar que é mais e melhor do que os outros. Não. Nós não publicitamos o trabalho que fazemos em prol dos outros. Nós queremos dignidade e queremos o bem-estar dos severenses e de quem acolhemos e tudo foi feito e está a ser feito. Ainda ontem, fui à casa e falei com as Ucrânicas e perguntei se estavam a precisar de alguma coisa. Foi-nos dito, taxativamente, que não. Pediram uma coisa que foi entregue no dia a seguir. Portanto, acho que não é motivo para vir aqui a discussão. Os serviços da Ação Social da Câmara estão a desempenhar o papel que devem desempenhar. A partir do momento que a família está integrada, está a trabalhar, duas na sua área, outra a cuidar dos seus netos que não querem ir à escola, como o senhor Presidente sabe porque lhe dei a conhecer quando fui ao Orçamento Participativo no Couto, os outros meninos já estão na escola, no Agrupamento de Escolas e no Centro Escolar de Rocas. Portanto, as coisas estão a levar os trâmites normais. A outra senhora está a fazer algumas horas no Café O Júnior e está a ser integrada. Não lhes falta nada. Agradeço ao senhor Presidente pela ajuda que tem dado. Agora, reitero, mais uma vez, que não era motivo para vir cá dizer que foi um mau trabalho porque, de todo, não foi um mau trabalho. Mas, pode questionar aos intervenientes, às pessoas que chegaram da Ucrânia e aos seus familiares. Muito obrigada.

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado. Está concluído este ponto. Só para salientar, se me permitirem, que o que é meritório é que foram acolhidas estas famílias no nosso concelho. É meritório o trabalho da Junta de Freguesia, da Fundação Bernardo Barbosa de Quadros e da Câmara Municipal. Isto de querer medalhas fica para depois, se me permitem esta opinião. Vamos passar o ponto 3.2.-----

3.2 Prestação de Contas de 2021: - O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Sim, pretendo fazer uma intervenção e não vai ser tão breve quanto isso. O presente relatório e contas analisa os três subsistemas da contabilidade previstas no SNC-AP, a contabilidades orçamental, a contabilidade financeira e a contabilidade de gestão. Sem querer alongar-me em situações específicas, falarei apenas de algumas situações que considero pertinentes. Os Recursos Humanos municipais existem para o exercício das atribuições conferidas ao

município e em 31 de dezembro de 2021 ascendiam a 112 trabalhadores, menos 2 do que no ano anterior. Considero que não são suficientes para as atribuições municipais, pelo que nos próximos anos esse número terá um crescimento considerável. As despesas com o pessoal em 2021 ascenderam a € 2 500 000,00 e tiveram um aumento de € 202 000,00, apesar da diminuição do número de pessoal. No subsistema da Contabilidade Orçamental posso informar que as Receitas liquidadas foram de € 13 200 000,00, superiores às de 2020 em 13%, devido à variação positiva nas receitas de capital, essencialmente, pelo aumento da liquidação de receita de fundos comunitários. As receitas municipais são essencialmente as transferências correntes e de capital previstas do orçamento de estado, correspondendo a € 9 200 000,00 da receita liquidada. Em termos globais, a execução da receita atingiu 89,18%, valor acima dos 85% determinado como limite mínimo pelo Regime Financeiro. As Despesas no ano de 2021 ascenderam a € 9 760 000,00, tendo-se constatado uma diminuição em relação ao ano anterior de € 417 000,00, sendo que a taxa de execução foi de apenas 66%. As três principais rubricas de despesa são as “Aquisição de bens de capital”, as “Despesa com o pessoal” e as “Aquisição de bens e serviços”, totalizando estas três € 7 600 000,00. O Saldo da Gerência Anterior teve um aumento de € 1 900 000,00, influenciado pelo aumento da receita cobrada em estrita relação com a diminuição da despesa efetuada. Relativamente à informação da Contabilidade Financeira contida no relatório, é importante realçar que nas rubricas do Ativo, o “ativo não corrente” é a maior dessas classes, com € 59 700 000,00. Nesta estão por exemplo incorporados os bens com substância física quer sejam de domínio público ou privado. Nas rubricas do Passivo, o “passivo corrente” é a maior classe, com um aumento de € 400 000,00 nas dívidas de curto prazo em relação ao ano anterior, consequência do aumento das dívidas a fornecedores de investimento (ex. Empreiteiros). Nos Rendimentos que são influxos de benefícios económicos, em 2021, atingiram € 9 900 000,00, um aumento de € 973 000,00 em relação ao ano anterior, justificados essencialmente pelo aumento da rubrica onde são registados os fundos comunitários. Nos Gastos que são diminuições em benefícios económicos, em 2021, atingiram € 10 700 000,00, um aumento de € 1 500 000,00 em relação ao ano de 2020, justificados essencialmente pelo aumento das transferências e subsídios concedidos a freguesias e associações, e também pelo aumento de gastos com os "Fornecimentos e serviços externos, com o "Pessoal" e com as "Depreciações e amortizações" de bens imóveis e móveis. O Prazo Médio de Pagamentos cifrou-se em 31 de dezembro de 2021 em 13 dias, um aumento de 7 dias em relação ao ano anterior. O Resultado Líquido do Período é negativo no valor de € 710 000,00, justificado pelo maior aumento de gastos em comparação com o aumento verificado dos rendimentos. Por último a Contabilidade de Gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos. No final dos dois primeiros anos de aplicação do novo normativo, há a noção de que existem diversas situações que carecem ainda de aperfeiçoamento, contudo é objetivo ajustar o sistema contabilístico de gestão às necessidades dos serviços internos e, consequentemente, aos requisitos de prestação de informação ao exterior. Assim, o Município de Sever do Vouga encontra-se, ainda, numa fase de implementação do sistema da Contabilidade de Gestão. Contudo conseguiu-se extrair alguma informação, pelo que as Funções Gerais tiveram gastos de € 524 000,00, as Funções Sociais de € 2 600 000,00, as Funções Económicas de € 2 800 000,00 e, por último, as Outras Funções de € 2 000 000,00. Agora vem a parte importante e peço a vossa atenção. Ao contrário do que se tem dizia de que esta Câmara tinha contas certas e de que estava financeiramente estável na gestão do anterior executivo, constatamos por estes resultados que no exercício de 2021 existe um saldo negativo de € 710 000,00 e do trabalho que estamos a realizar, já concluímos que temos um défice de cerca de € 2 000 000,00 nas obras em curso, lançadas pelo anterior executivo e cujos custos não estavam devidamente previstos e orçamentados, faltando contabilizar a totalidade de trabalhos a realizar e a compra de terrenos. Eu quero referir, mais uma vez, nós, até ao momento, encontramos um défice de € 2 000 000,00

somado a um resultado negativo de € 710 000,00. Mas, o déficit pode ser superior. Foi o que encontramos, mas pode ser muito superior. Teremos de ser criativos para conseguir ultrapassar estes constrangimentos, exigindo-se, mais uma vez, que se fale verdade, para que todos estejamos conscientes da realidade e das dificuldades acrescidas de uma gestão sem transparência. Tenho pena que o anterior Presidente da Câmara não tenha podido estar presente nas sessões de apreciação das contas, quer na reunião de Câmara, quer hoje aqui. Eu só quero terminar dizendo o seguinte. Isto não é uma resposta, mas podem entender como quiserem. Eu fui vereador da oposição com muito orgulho. Defendi aquilo em que acredito e defendi a minha terra. Eu ia às reuniões de Câmara de quinze em quinze dias onde estava, às vezes, vinte minutos, às vezes quarenta minutos e não tinha forma de saber nada disto. Eu sei muito bem que herdei aquilo que é bom e que herdei aquilo que é mau. Agora, não pensem que me vão culpar por a situação em que eu encontrei a Câmara. Daqui para a frente, a responsabilidade é minha, mas o que está para trás, nem pensem em culpar-me disso. Vocês também fizeram parte da Assembleia Municipal, muito mais anos do que eu, aliás, há pessoas que vão às reuniões de Câmara tanto como os vereadores, portanto, têm acesso a exatamente a mesma informação que os vereadores. Quero deixar isto muito claro para memória futura. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

Terminada a explicação do Presidente da Câmara Municipal, o Presidente da Assembleia Municipal um período de intervenção e concedeu a palavra a David Alves.-----

David Alves – Senhor Presidente da Mesa e restantes membros, senhor Presidente da Câmara e restante executivo, senhores membros da Assembleia Municipal, presidentes de Junta, público em geral, jornalistas e demais. Estamos aqui a analisar o balanço e as contas de 2021. As contas e o balanço são do Município. Não são azuis, não são amarelas, não são verdes. São o que são. Lendo a certificação legal de contas, o senhor auditor apenas diz as mesmas coisas de sempre, nas suas reservas, relativamente aos inventários ativos e também coloca aqui uma reserva relativamente ao contrato de cedência, com a AdRA, e com a EDP, porque esse contrato não foi renovado ou renegociado como devia ter sido. De resto, dá o apoio e diz que as contas estão legais. O senhor Presidente da Câmara acabou de referir que tem um passivo contingente na ordem dos dois milhões de euros. Acredito que sim, não vou pôr em causa. É evidente que um passivo contingente tem sempre uma contrapartida no ativo. Se tem passivo contingente de um lado, haverá um ativo do outro. É evidente que é um ativo que são os bens, o ativo não corrente. Analisado o balanço, o total passivo de € 3 000 000,00, total do passivo curto prazo medio longo prazo € 3 192 000,00. As disponibilidades que existiam à data de um de dezembro € 4 167 000,00. Isto quer dizer que a Câmara Municipal, se assim o entendesse, podia liquidar todo o passivo corrente e não corrente, e ainda ficava com € 975 000,00 em caixa. Há, também, o ativo não é só caixa, também tem os outros ativos correntes e se for fazer as contas ao ativo corrente € 6 755 000,00 para um passivo total de € 3 192 000,00, quer dizer que o Município tem uma autonomia entre o passivo corrente e o total do ativo de € 3 563 000,00. Relativamente ao passivo, chamou-me à atenção as provisões, acima de tudo, processos judiciais, € 102 000,00. Estou convencido de que, tecnicamente, estará correto e que será uma imposição do Revisor Oficial de Contas. Isso quer dizer que o Município corre riscos relativamente a processos do contencioso que, neste momento, estão posicionados em € 102 000,00. Do balanço, também, os inventários, mercadorias tem imparidades. Na nossa lógica, dos contabilistas, quer dizer que compramos a dez e vendemos a nove, ou que vale apenas nove, mas haverá uma explicação mais técnica para isso. Os inventários, mercadorias, têm uma imparidade registada no valor de € 14 000,00. Também tenho a notar as imparidades dos clientes, contribuintes e utentes em que a dívida bruta é de € 413 000,00. A imparidade acumulada, portanto, risco de não receber, está em € 322 000,00. Isso quer dizer que, de uma dívida bruta de € 413 000,00, fica registado no balanço o valor a receber de € 91 000,00. Depois, na demonstração de resultados, voltando novamente às imparidades, são todos ativos credores de caixa, referem-se a clientes, contribuintes e utentes, e o valor no ano de 2021 foi reforçado em € 135 000,00. Parto do

princípio que os utentes, clientes e utilizadores da Câmara Municipal são maus pagadores. Não atribuo culpas ao executivo, faz o que pode, tem meios para poder, eventualmente, avançar com a cobrança desta dívida, mas são números que constam da demonstração de resultados em dezembro. O PS, analisadas as contas e porque elas demonstram ser fíeis, vai votar favoravelmente as contas, dando liberdade a qualquer membro da sua bancada que queira ter uma opinião diferente que a possa ter. Muito obrigado.-----

O Presidente da Câmara Municipal perguntou ao Presidente da Assembleia Municipal se podia voltar a fazer uso da palavra para acrescentar algo de que se tinha esquecido.-----

O Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Peço alguma atenção porque, de facto, isto é uma questão que eu considero muito importante, efetivamente, porque, ao longo de muitos anos, foi-nos sendo transmitido que havia contas a prazo na Câmara, que havia muito dinheiro na Câmara e eu quero deixar muito claro que não existe. Não faço ideia quando é que se perdeu, ou se se perdeu, mas nós não o encontramos. Relativamente ao relatório do PALM Consultores, que é o consultor que faz a certificação legal das contas, quero explicar aqui duas situações. Em primeiro lugar, quando eu digo que nós temos um défice de € 2 000 000,00, quero dizer que a Câmara não tem dinheiro para pagar esses € 2 000 000,00. Tem o ativo que, possivelmente, tem que vender, ou então tem que fazer um empréstimo ao banco. E eu disse que era € 2 000 000,00 porque foi o que detetamos até agora porque eu tenho quase a certeza que há mais. O que é que são esses € 2 000 000,00 para que se perceba? Voltando, aqui, a falar de um assunto que é, por exemplo, a estrada de Silva Escura a Dornelas que tem que ser acabada e nós quando fazemos uma obra, tem que haver uma determinada dotação financeira, depois tem que haver cabimento. Aquilo para o qual havia cabimento é aquilo que estava no dia das eleições. A partir daí, tudo o resto que tem que ser feito, que são os muros, o pagamento de todos os terrenos, a pavimentação, as valetas que ainda faltam, os rails de proteção, a sinalização horizontal e vertical, tudo isso tem que ser pago, tem que ser feito. Deveria constar do orçamento. Não consta. A Câmara não tem dinheiro para pagar e, por isso, é que nós chamamos de défice. Isto acontece em todas as obras. Acontece na Estrada da Arrôta. O antigo executivo chamava, muitas vezes, as fases. Portanto, a estrada de Silva Escura a Dornelas, para terminar, precisava, por exemplo, de cinco fases e só havia dinheiro para a primeira. Depois via-se. Eu acho piada quando dizem, às vezes, que eu parei obras. Eu não parei obra nenhuma. Eu estou é a tentar desenrolar nós para que as obras andem para a frente. É, basicamente o que nós temos feito. Felizmente, estamos a conseguir. As coisas têm andado. Muitas obras nem sequer projeto tinham. Nós estamos a andar com isto para a frente. Portanto, aquilo que detetamos é que falta pagar terrenos, reparem, a nível de terrenos, no outro dia falamos, eu nem sabia, na altura, entretanto também me informei, havia dezenas de terrenos, nós estimamos uns cem terrenos por pagar e o que é que acontece, tinha que haver um documento escrito que não existia, mas o documento escrito que não existia, não bastava, ou seja, para que haja a necessidade de haver cabimento, ou dinheiro, na Câmara Municipal, tem que ir a reunião de Câmara. Só a partir desse documento é que a Câmara tem que, no fundo, arranjar o dinheiro para esse pagamento do terreno. O que acontece é que, na maior parte dos terrenos onde não havia auto de aquisição amigável, ou auto de expropriação, mas havia ainda terrenos que nós detetamos, por exemplo, no Largo de São Mateus, uma série de terrenos, em que até havia um documento, mas como o documento não tinha ido a reunião de Câmara não era preciso dinheiro para se pagar. Já agora, relativamente ao Largo de São Mateus, uma explicação. Nós fizemos uma alteração ao projeto com base naquilo que foi falado por parte dos municípios e dos fregueses, mas, como toda a gente sabe, também vai ser necessário fazer ali uma variante, portanto, vão ter que ser adquiridos terrenos, vão ter que ser feitos muros para alargamento da estrada para poderem lá passar os camiões e nada disto está incluído nestes dois milhões de défice, ou seja, o défice, na realidade, é muito superior e a Câmara

precisa de fazer isto. Não pode dizer que não faz. Há, ainda, outra situação só para terminar. Falamos de todas as obras, não é só a estrada de Silva Escura a Dornelas, que se calhar é o caso pior, mas falamos de todas as obras. Só para vocês terem uma ideia, na frente ribeirinha de Pessegueiro, foram retirados da obra os aparelhos de exercício físico porque não havia dinheiro para os pagar, portanto, não podiam constar do orçamento. No caso das piscinas municipais, não fizeram constar do projeto a cobertura, penso que se recordam de eu ter feito referência a isso, que eu achava como é que era possível, não colocaram a cobertura, nem sequer as pinturas, porque não havia dinheiro para pagar e, se colocassem no orçamento, tinham que arranjar dinheiro. Portanto, este é o ponto de situação da Câmara Municipal. E não vale a pena virem aqui falar. É o ponto de situação. A partir daqui é que a gente vai começar. A partir daqui eu assumo as responsabilidades, mas, até aqui eu não as posso assumir. Há, ainda, outra situação que, a mim, me preocupa, se calhar, ainda mais. Em 2009, foi celebrado um contrato com a AdRA, que vem aqui na opinião com reservas do revisor. Em 2009, foi celebrado um protocolo entre a Câmara Municipal e a AdRA. Houve municípios que, no âmbito desse protocolo receberam dinheiro, houve outros que, se calhar, pagaram, a Câmara Municipal de Sever do Vouga não recebeu nem pagou. Mas, a verdade é que o negócio que foi feito com a AdRA previa um determinado conjunto de consumidores, previa um determinado rendimento e previa, por exemplo, que nesta altura, a maior parte dos investimentos já estivessem feitas. Como vocês sabem, e estamos aqui em Pessegueiro onde os investimentos estão a ser feitos agora. Portanto, existe uma coisa que é o chamado défice tarifário, ou seja, o dinheiro que a AdRA previa receber não o tem recebido. Então, começou-se a realizar, há uns anos atrás, um EVF (Estudo de Viabilidade Económico-Financeiro) que vai dizer, daqui a algum tempo, o ponto de situação e eu não sei se, daqui a algum tempo, não vai ser pedido à Câmara Municipal para pagar um milhão, dois milhões, três milhões para satisfazer o défice tarifário. Há outras alternativas, que é subir o preço aos consumidores, mas nós já pagamos taxas altíssimas e há outras alternativas, mas este é o ponto de situação. Para que nós, futuramente, possamos encarar isto com transparência e com objetividade e com responsabilidade, porque eu, um dia mais tarde, se algum dia me quiser recandidatar eu serei julgado por isso, e mesmo que não me queira recandidatar a responsabilidade é sempre minha e eu assumo a responsabilidade. A verdade é que vocês têm que perceber o ponto de situação em que nós encontramos a Câmara Municipal. É evidente que, para as despesas, não há contas a render nos bancos como eu, ainda há dias, ouvi no café que “*a Câmara Municipal deixou-vos muito dinheiro*”. Não deixou nada. Deixou para pagar o que estava no orçamento, mas nós, obrigatoriamente, temos que pagar, porque é de lei, mas nós temos que pagar, assumimos um compromisso que temos que pagar. A estrada de Silva Escura a Dornelas tem que ser acabada e não está no orçamento. Só na estrada de Silva Escura a Dornelas, tenho aqui as contas feitas, mas entre aquisições de terrenos, pavimentação, alteração de tubagem, estamos a falar de um milhão e tal de euros que a Câmara vai ter que pagar e a Câmara não tem dinheiro para pagar, ou seja, não há dinheiro não quer dizer que não arranje, mas não há lá dinheiro conforme nos disseram. Que tinham deixado dinheiro e que tinham tudo feito. Isso não é verdade. A partir de agora, eu estou disponível, com vocês, em começar um novo capítulo, mas eu não assumo qualquer responsabilidade e, seguramente, não eram os trinta minutos, de quinze em quinze dias, que me fizeram perceber este ponto de situação. Muito obrigado.-----

Na sequência deste complemento à exposição do senhor Presidente da Câmara, e antes de dar a palavra a António Monteiro, o **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou a David Alves se queria acrescentar alguma coisa à sua intervenção. Não querendo, foi dada a palavra a António Monteiro.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Senhor Presidente da Câmara, minhas senhoras e meus senhores. Eu acho que há, aqui, um aspeto que é importante e que tem a ver com a verdade formal das contas e que foi, aliás, abordado aqui pelo Partido Socialista, mas não é esse o único aspeto a ter em conta quando olhamos para

aquilo que são as contas e o resultado do exercício do ano de 2021. Há, também, um juízo político a fazer. É certo que os eleitores já fizeram o juízo político e esse juízo político foi de censura em relação ao Partido Socialista e, por isso, perderam as eleições. Mas, quando juntamos aquilo que é a verdade material das contas com esse juízo político e com aquilo que é a verdade política a que todos os severenses têm direito, há algumas considerações que eu acho que vale a pena serem feitas neste debate. Eu confesso que há uma coisa que me choca e, atenção, ainda há pouco tivemos uma conversa, esta questão não é pessoal em relação a qualquer um dos deputados municipais do Partido Socialista, por quem eu até tenho estima e que, lá fora, conversamos sem qualquer tipo de animosidade, mas é uma questão política do Partido Socialista em Sever e há uma coisa que, eu confesso, me indigna ver o Partido Socialista de Sever a copiar alguns tiques do Partido Socialista nacional. Quem chamou a troika, há uns anos atrás, foi o Partido Socialista. Deixaram passar um ano ou dois e, a partir daí, disseram que o governo da troika era o governo do PSD e CDS e que a culpa da troika era do PSD e do CDS e a memória das pessoas é curta, mas não pode ser tão curta que responsáveis políticos que têm acesso a esta informação e que representam o partido responsável por esta gestão digam, simplesmente, que é verdade e passar rapidamente uma esponja e passar a outro assunto para ver se as pessoas esquecem aquilo que é a herança recebida, aquilo que são as responsabilidades que esta Câmara e esta maioria, neste momento, vai ter e os problemas que vai ter que resolver, e fingir que não é nada com eles. Quando nós olhamos para aquilo que é o juízo político do que aconteceu ao longo do ano de 2021, é bom termos presente o seguinte: a responsabilidade do exercício é, essencialmente, do Partido Socialista e quem assumiu os compromissos com a oposição de que ia fazer estas obras para ter o orçamento aprovado foi o Partido Socialista e o Partido Socialista disse que tinha recursos para as fazer, se não, não teria aceite a negociação para aprovar o orçamento que aceitou. Aliás, aceitou essa negociação para 2020, portanto, era 2020 e 2021 para executar estas obras e aquilo que nós verificamos é que essas obras, não só não estão executadas e não é possível executá-las com o que foi o orçamento de 2021, aliás, o orçamento de 2020 também deveria ter contempladas estas obras, mas como irá comprometer, também, os próximos exercícios. Portanto, nós estamos a falar de empreitadas suborçamentadas e que, aliás, vem naquele padrão que, tantas vezes, aqui, censurámos, era a história dos cinco euros. É óbvio que não era possível fazer empreitadas com cinco euros e sempre nos disseram que era uma questão de gestão e que resultava. Como se vê, não resulta porque temos um resultado negativo de € 710 000,00, dívidas a empreiteiros, que são da anterior Câmara, não são os dois meses e meios de exercício desta maioria que se fez essa dívida. Que seja claro. E, provavelmente, mais de € 2 000 000,00, que vão ter que ser comprometidos e que é suborçamentação das empreitadas, para poderem ser completadas essas mesmas obras. Mas, em relação a isso, há aqui um padrão que merece a minha censura política e o reparo porque isto não é novo. Nós fomos avisando que havia, nestas matérias, questões que não estavam claras e fizemo-lo, de forma incessante, ao longo do último mandato. Sabemos que, num ano eleitoral, há, muitas vezes, tentações de querer acelerar as coisas, mas nós também avisámos, criticámos e, portanto, não se diga, por amor de Deus, que aquilo que é o relatório do ROC é mais ou menos o mesmo dos anteriores porque não é. É falso que aquilo que está no relatório deste ano seja mais ou menos o que estava nos relatórios anteriores. Não é verdade. Nos relatórios anteriores, essencialmente, aquilo que nós tínhamos era em relação ao inventário do património municipal. Isso sempre esteve como sendo uma matéria em que o ROC entendia que havia que se fazer esse mesmo esforço. Agora, a AdRA não estava e isto é de 2009. A EDP não estava, empreitadas suborçamentadas também não estavam. Já agora, fica a nota que foi auditada a Vila Natal e que, em relação a isso, o revisor oficial não fez qualquer censura, portanto, é uma iniciativa que não levou qualquer censura. Em relação a esta matéria, aquilo que é importante, para nós, dizer, é o seguinte: se estamos a falar da verdade material das contas, o esforço que foi feito de maior transparência é desta Câmara. Não do Partido

Socialista. Se eu olhasse apenas para aquilo que é a verdade material das contas, esta Câmara mereceria, pelas contas que apresentou, o meu voto favorável das contas. Sei que, obviamente, esta Câmara teve que as assinar e apresentar. Agora, se estivéssemos a falar da avaliação política daquilo que foi feito, ao longo do ano de 2021, nos cerca de dez meses em que o Partido Socialista governou a Câmara, aquilo que eu digo é que o que estas contas mereciam, em termos de juízo político, é o meu voto contra e que o Partido Socialista assumisse a responsabilidade de dizer aos severenses que os responsáveis por terem deixado o buraco que deixaram, as obras encravadas como deixaram, é o Partido Socialista. Na discussão destas contas, é importante que isto fique claro sem qualquer animosidade em relação aos deputados municipais do Partido Socialista, que estiveram muito desatentos, que apesar de nós dizermos estas coisas, nunca nos quiseram ouvir. Que, aliás, “aplaudiam” a forma como era gerida a Câmara no tempo do Partido Socialista, e apetece-me devolver um mimo ao Jorge Graça porque ele já se entreteve, antes, a dar-me os mimos, o que mudou, Jorge Graça, quando agora tem aqui a verdade dos factos, quando antes dizia que a gestão financeira da Câmara de Sever é fabulosa, “*nós temos imenso dinheiro, vocês querem gastar sem serem responsáveis*”. Eu lembro do que o Jorge Graça dizia sobre a forma como a Câmara Socialista executava o seu orçamento e como orçamentava as coisas. Ainda me lembro. Peço desculpa por me ter alongado, mas não podia deixar de fazer estas notas quando estamos a discutir as contas e estas, no fundo, que são as contas que acabam por ter a ver com a transição de mandatos entre as diferentes maiorias e este juízo, esta avaliação tinha necessariamente de ser feita. Muito obrigado.----

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a Diana Paiva.---

Diana Paiva – Renovo os cumprimentos de há pouco. Votamos a prestação de contas neste momento. Sabemos que as contas apresentadas não são, em mais de 90%, as deste executivo, mas terão que ser aprovadas. No entanto da certificação legal apresentada, e é o ponto em que me vou focar, pelo Revisor Oficial de Contas do Município ficam muitos alertas. Alertas esses que também foram dados pelo PSD, ao longo do mandato anterior, e alertas esses que, pela primeira vez, estamos a ter com esta clareza, temos um relatório muito mais transparente, deferente daquele que nos foi apresentado nos anos anteriores. A situação da concessão da gestão de serviços de águas e saneamento com a AdRA deixa calafrios com EVEF de que não temos qualquer conhecimento sobre a sua conclusão. Aliás, do que consta do relatório, uma futura revisão do mesmo pode trazer um impacto muito profundo sobre a situação financeira do Município. O mais grave é que, olhando para este relatório e o espaço temporal por ele descrito de eventuais revisões do estudo de viabilidade económico e financeiro, nunca, até esta data, esta situação tinha sido dada a conhecer aos membros da Assembleia. Fica a pergunta, o senhor revisor esqueceu-se de mencionar este facto ou, até esta data e entrada deste executivo, o senhor revisor não tinha acesso a tanta informação. O mesmo se diga quanto aos ativos tangíveis, em que é dito, claramente, que existem empreitadas em curso cujos direitos e obrigações indispensáveis à sua normal conclusão não se encontram adequadamente formalizados e reconhecidos. Em especial o facto de não se encontrar formalizado e reconhecido a transferência de propriedade para o Município dos terrenos subjacentes. Ou seja, avançou-se com obras públicas, em terrenos de particulares, sem que essas parcelas de terrenos estivessem transferidas para o Município, sem que o Município já fosse titular desse direito. Isto é muito grave, está aqui uma contingência terrível para o Município, basta um destes particulares perceber e entrar com ações contra o Município. Tenho pena que sendo eu Advogada e Membro desta Assembleia Municipal, por força dos estatutos, não possa eu dar entrada destas ações. O que nos leva a questionar, vivemos em que mundo: “*faroeste*”, “*terra sem lei*”, acho que fazemos parte de um país democrático com leis que têm que ser cumpridas. Tudo isto, associado ao facto de verificarmos que muitas obras estão descritas pela metade, em que não se prevê a obra na totalidade em que faltam muros, pavimentações, coberturas e nem sabemos bem mais o quê, falta saber se o Município tem capacidade financeira sequer para acabar as obras que estão em curso.

Iremos apenas votar favoravelmente às contas por nos estarem a ser apresentadas de forma mais clara, mas que fica uma séria preocupação sobre a saúde financeira do município fica. Obrigada.-----

António Dias – Obrigado, senhor Presidente. Mais uma vez, sintam-se cumprimentados na sua presença. Olhando para o Relatório de Gestão de 2021, salta logo à vista que foi um ano eleitoral, por isso, os € 710 000,00 de resultado líquido negativo. Senhor Presidente, foi um ano de eleições, mas eu queria salientar uma alteração que me chamou à vista. Não sei o que é que fizeram, mas o que é facto é que foi uma redução que beneficiou a todos. Houve uma redução dos gastos orgânicos com a Presidência, portanto, os custos com o senhor Presidente da Câmara e custos inerentes de € 144 767,13 euros em 2020 para apenas € 78 923,07 euros em 2021, que é de louvar uma redução tão grande com esta despesa. Em relação às imparidades de que eu ouvi, é óbvio que estas imparidades vêm de anos anteriores de pura e simplesmente, faturas que não foram liquidadas pelos clientes, utentes e contribuintes como é óbvio. Em relação às contas, senhor Presidente, foi a primeira vez que apareceu aqui este assunto da AdRA. Nunca tinha aparecido e eu gostava de ter, hoje, o Revisor Oficial de Contas porque isto é um assunto que, a mim, me deixa perplexo, que é o facto de o revisor ser o mesmo e andou a esconder isto ou a ocultar durante tantos anos, porquê. Quem é que lhe pediu? Eu agradeço, se for possível, que o Revisor Oficial de Contas, não hoje, mas numa próxima assembleia, esteja aqui presente e vai ter que me explicar o porquê de ter ocultado esta ênfase das contas. Isto não é admissível. Esta ênfase que está aqui pode custar, se calhar, dois ou três mandatos autárquicos ao concelho todo. Nós poderemos ter que pagar investimentos feitos em Águeda, Aveiro, Albergaria, em toda a área da AdRA. Quem defendia, aqui, como eu ouvi o Partido Socialista, a defender as contas certas, venham aqui agora explicar isto. Isto, a mim, toca-me. Está em causa a minha freguesia, todas as freguesias, toda a gestão do Município. Isto pode acartar milhões para o nosso concelho. Posto isso, senhor Presidente, eu gostava de saber, já que estamos a falar da AdRA, que é um assunto de que eu não gosto muito de falar, porque a AdRA tem um balcão no espaço sede do edifício dos Paços do Concelho. Gostava de saber quanto é que eles pagam de renda, de eletricidade porque, se for gratuito, eu tenho outras entidades interessadas em ir para lá. Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado, António Dias. Permitam-me, apenas, que diga, e isto é mais uma reivindicação da mesa, como sabem, a Mesa da Assembleia Municipal não tem meios próprios, mas, de facto, a apreciação de contas é uma questão muito técnica e, penso que não somos só nós, a maior parte dos elementos da Assembleia tem muitas dificuldades em analisar, como deve ser, estas contas. Portanto, era necessário, de facto, um apoio técnico à Assembleia Municipal para que pudéssemos falar muitas vezes com mais conhecimento de causa. Isto é apenas um mero desabafo e reivindicação do Presidente da Mesa. Dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara para responder a alguma questão que foi colocada.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Relativamente ao pedido que fez, naturalmente, como aliás, todos os pedidos que a Mesa fez à Câmara Municipal, teremos o cuidado de providenciar esse assunto para que haja um esclarecimento total da vossa parte. Começando pelo senhor membro da Assembleia Municipal António Dias, para lhe dizer que a AdRA vai sair. Não sei se é para a semana, ou daqui a duas semanas, mas vai sair. Não pagava nada. Queria acrescentar uma coisa que a maior parte das pessoas não se lembram, mas que é o seguinte: por exemplo, aqui na freguesia de Pessegueiro, onde estamos, nós sabemos que a maior parte das estradas estão completamente esburacadas. O protocolo que existe com a AdRA, até há pouco tempo, a AdRA só era obrigada a pavimentar cerca de 60cm, aliás, a largura da vala, neste momento, é obrigada a pavimentar os dois metros. O resto, se for objetivo da Câmara Municipal tem que ser suportado pela Câmara Municipal, ou seja, para além do défice, reparem, os € 2 000 000,00 é, no mínimo, nós ainda não sabemos. Para além da questão da

AdRA, temos as estradas todas esburacadas e nós estimamos, por exemplo, que só na freguesia de Pessegueiro, se fosse para pavimentar, sem sequer pensar muito em custos, para pavimentar o resto além dos dois metros, na largura total da faixa de rodagem, teríamos de gastar 500 ou 600 mil euros. Também vos quero dizer que não esperem que se venha de um défice de dois milhões e tal de euros, no mínimo, para daqui a três anos e meio ou quatro anos nós estarmos num défice zero. Isso não é possível. A não ser que a Câmara Municipal descobrisse petróleo ou nas contas da Câmara venha a descobrir alguma conta a prazo escondida, não é possível. Isto também serve para os senhores presidentes de Junta. Nós estamos aqui para ajudar, mas este é o estado em que nós encontramos as coisas. Haja capacidade para colaborarmos todos em conjunto. Quanto ao revisor, se quiserem, podemos providenciar uma reunião com o revisor. Sugiro que seja o senhor Presidente da Assembleia Municipal a moderar essa reunião se assim o entender.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado. A verdade é que, se há esta imputação de responsabilidades, como foi aqui feito pelo senhor presidente de Junta, eu acho que se justificaria ouvir, se é o mesmo Revisor Oficial de Contas, é do interesse da Assembleia ouvir os esclarecimentos do senhor revisor numa próxima reunião. Iremos providenciar para que a Câmara convoque para estar presente. Dito isto, vamos à votação das contas.---

O órgão deliberativo aprovou, por maioria, os documentos da Prestação de Contas de 2021, elaborados no uso da competência cometida à Câmara Municipal através da alínea i), do n.º 1, do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Votos a favor – Adérito Soares, Alexandre Rocha, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Cláudia Cruz, David Alves, Diana Paiva, Elga Silva, Eugénio Martins, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, João Oliveira, Jorge Graça, José Lemos, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Maria Pereira, Nicolas Coutinho, Patrícia Santos, Paulo Lourenço, Renata Marques, Sandra Pereira e Tânia Pinheiro.-----

Uma abstenção – Sérgio Soares.-----

3.3 Inventário e Cadastro em 31/12/2021: - Foi dado conhecimento ao órgão deliberativo dos bens que constam no inventário do ativo patrimonial deste Município. Pelo Presidente da Assembleia Municipal, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Nos documentos apresentados damos a conhecer o resumo dos bens ou direitos que detém o município. Quanto às obrigações, as mesmas encontram-se nos demais documentos da prestação de contas. Em relação aos bens, o executivo tem acompanhado e reunido com os serviços por forma a resolver as situações que estão por trás da reserva apontada nos últimos anos, na Certificação Legal de Contas, as quais, em grande parte, têm a ver com a identificação e registo dos prédios da autarquia. Sobre este assunto, quero deixar muito claro que isto não se resolve, seguramente, no próximo ano, nem daqui a dois anos e, dificilmente, daqui a três. Muito obrigado.-----

A Assembleia Municipal apreciou o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, como determina a alínea l), do n.º 1, do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

3.4 Desafetação do Domínio Privado – Parcela Sobrante da Abertura da Rua da Escola: - O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-

Presidente da Câmara Municipal – Com a proposta apresentada, pretende-se a correção da área do polígono que abrange a Escola da Senhorinha, com vista à realização do registo daquele prédio na conservatória. Assim, como uma parte dos prédios foi para a Rua das Escolas, pretende-se que seja aprovada a desafetação do domínio privativo e afetação ao domínio público municipal.-----

De acordo com a proposta da Câmara Municipal, o órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, a desafetação do domínio privado e a afetação ao domínio público de uma parcela de terreno sobrando, com uma área de 188m², resultante da anexação dos prédios inscritos sob os artigos rústicos números 3554, 3555 e 3556, descritos na Conservatória do

Registo Predial sob os números 1669, 1670 e 1671, para a implantação da Escola do 1º CEB da Senhorinha.-----

3.5 Área de Reabilitação Urbana – Couto de Esteves: - Foi presente uma proposta da Câmara Municipal para a delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Couto de Esteves, que tem como base o documento elaborado pela Divisão de Administração do Território e que inclui a memória descritiva e justificativa, a planta com a delimitação da área abrangida e o quadro dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais.-----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Vemos como muito importante a revitalização urbana para a melhoria das nossas freguesias. O objetivo primordial da Revitalização Urbana é realizar a intervenção de áreas degradadas e abandonadas em núcleo urbanos, visando resgatar o valor cultural destes espaços, destacando seu Património Histórico e renovando as áreas deterioradas. Em termos técnicos, por área de reabilitação urbana, designa-se a área territorialmente delimitada que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justifique uma intervenção integrada, através de uma operação de reabilitação urbana aprovada em instrumento próprio ou em plano de pormenor de reabilitação urbana. Por sua vez, a operação de reabilitação urbana, corresponde ao conjunto articulado de intervenções visando, de forma integrada, a reabilitação urbana de uma determinada área. A delimitação das áreas de reabilitação urbana é da competência da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal. A aprovação de uma ARU atribui à área um conjunto significativo de efeitos, entre estes, destaca-se, a obrigação da definição dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património. Decorre também daquele ato a atribuição aos proprietários do acesso aos apoios e incentivos fiscais e financeiros à reabilitação urbana. Desde que tomamos posse, temos procurado criar um concelho de todos e para todos, e tem sido um desígnio da nossa governação tratar todos as freguesias da mesma forma, e por consequência todos os municípios por igual. Também por isso, pelo facto da freguesia de Couto Esteves ser uma das mais abandonadas nos últimos anos, e porque temos a decorrer a reabilitação do Largo do Couto, que é só a maior obra que se realiza nesta freguesia nos últimos anos e querendo nós submeter uma candidatura no âmbito do PARU, e que só é possível se estiver criada uma ARU nessa zona, entendemos criar a primeira ARU no concelho, fora da sede de freguesia, no Couto Esteves. Terminei dizendo que estamos já a trabalhar para a constituição de mais ARUS e pretendemos criar uma cada uma das freguesias. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

O Presidente da Assembleia Municipal abriu um período de intervenção e concedeu a palavra a Sérgio Soares.-----

Sérgio Soares – Muito obrigado, senhor Presidente. Senhor Presidente da Assembleia, senhores deputados municipais, quero, desde já, comunicar que votarei favoravelmente neste ponto. E quero deixar aqui dois registos. Primeiro, que foi, também, já há vários anos, aqui nesta assembleia alertei executivos anteriores que a Área de Reabilitação Urbana do concelho de Sever do Vouga deveria ser alargada aos centros de todas as sedes das várias freguesias. Contudo, foram sempre feitos ouvidos moucos a essa solicitação, que não é mais do que justa, pois se queremos um concelho forte, equilibrado, justo e desenvolvido, só com freguesias fortes teremos um concelho forte. A segunda nota é dizer que votarei favoravelmente neste ponto. Contudo, quero ressaltar que, apesar de se tratar da freguesia que aqui represento, nada tive a ver com a escolha da delimitação da Área de Reabilitação Urbana aqui proposta, pois também aqui, este executivo demonstra os tons rosa alaranjado que desde longa data corroem Sever do Vouga e onde presidentes de Junta,

atrás de presidentes de Junta, nada são tidos em consideração naquilo que é o desenvolvimento do concelho. Disse.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra a António Monteiro.---
António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Eu não podia deixar de vir aqui falar hoje, olhando para esta proposta, para dar os parabéns ao senhor Presidente da Câmara pela proposta que aqui nos traz hoje porque acho que há aqui o mínimo de exercício de memória que é preciso fazer. Quando veio aqui a proposta para a Área de Reabilitação Urbana em Sever do Vouga, o CDS, nomeadamente eu, chamei à atenção para que não conseguia compreender porque é que a delimitação que era feita era única e exclusivamente na freguesia de Sever do Vouga e incluía vários terrenos que não tinham qualquer construção e que, em virtude daquela deliberação, ficariam isentos de impostos, da mesma forma que quem ia reabilitar estas casas, e se tinha abandonado, ou não se tinha considerado, a hipótese dos núcleos das freguesias serem incluídos, também, como Área de Reabilitação Urbana. E, lembro-me muito bem, daquilo que o anterior Presidente da Câmara me respondeu que eu estava completamente errado, que não percebia nada disto, porque as freguesias não eram urbanas e, portanto, não tinham direito a ter ARUs, ponto final. É bom termos memória, ou seja, eu era um idiota por ter proposto o que propus. Não deixa de ser irónico que o CDS propôs isso no seu programa eleitoral, sei que o PSD também, e qual não foi o meu espanto, lá para o final da campanha, até o Presidente da Câmara, que praticamente me tinha chamado idiota por achar que nas freguesias podiam ser delimitadas áreas de reabilitação urbana, porque não eram urbanas, até ele começou a falar nisso. E os parabéns é porque, realmente, isto significa que as freguesias não estão esquecidas e que se quer fazer reabilitação urbana nas freguesias. E, mais importante ainda, é a delimitação que foi feita porque se há área que está sujeita a uma fortíssima pressão imobiliária para construção nova, é a freguesia do Couto de Esteves, por causa da barragem, e é o sinal político que é dado por esta Câmara é que a primeira prioridade reabilitar o centro da freguesia, aquilo que é existente e não ceder à especulação imobiliária que, infelizmente, tem pressionado aquela freguesia. Este mapa é um sinal de coragem política e de respeito pelas freguesias que merece ser elogiado e merece, por isso mesmo, ser aprovado por esta Assembleia Municipal. Muito obrigado.-----

Analisada a proposta e respetiva documentação anexa, o órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, a delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Couto de Esteves, ao abrigo do artigo 13º n.º 1 e artigo 14º alínea a) do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, republicada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto.-----

3.6 Eletricidade – Compromissos Plurianuais: - O **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Estando os serviços a organizar procedimento para se formalizar a contratação de energia elétrica, ao abrigo do Acordo Quadro da CIRA, cujo contrato iniciar-se-á no presente ano e abrangendo parte do próximo ano económico, pretende-se com a presente proposta, solicitar à Assembleia Municipal a autorização para: a repartição dos encargos pelos dois anos económicos de 2022 e 2023 e a assunção dos compromissos plurianuais. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

De acordo com a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, o órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, autorizar a assunção de compromissos plurianuais na sequência da contratação da “Aquisição de Energia Elétrica às Instalações Alimentadas em Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE) e Baixa Tensão Normal – Iluminação Pública (BTN – IP) ao Abrigo do Acordo-Quadro de Eletricidade”, bem como a repartição dos encargos.-----

3.7 Conselho Municipal da Juventude – Eleição: - O órgão deliberativo, na sessão ordinária do passado dia 26 de novembro de 2021, elegeu Ana Rita da Costa Sousa Figueiras para integrar o Conselho Municipal da Juventude. Considerando o requerimento apresentado pela líder da bancada do PSD, que menciona eventuais questões de

incompatibilidade, torna-se necessário proceder à eleição de um membro da Assembleia Municipal para poder fazer a sua substituição no referido conselho.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu um período de intervenções, tendo concedido a palavra a Sérgio Soares.-----

Sérgio Soares – Senhores deputados municipais, o que nos traz até este ponto não é mais do que aquilo que, há vários anos, tenho vindo a falar nesta Assembleia Municipal, mas que executivos atrás de executivos insistem em cometer os mesmos erros. A promiscuidade entre a política e os negócios e a proximidade entre interesses privados e o bem público é à época que vivemos a regra vigente da promiscua política nacional e municipal. Eu pensava que, longe iam os tempos em que cada vez que se falava da Agim o senhor presidente António Coutinho e o então vereador Pedro Lobo se tinham que ausentar da sala de reunião. Contudo os ventos mudaram, mas a promiscuidade continua, tal como ainda na última Assembleia Municipal aqui falei e dei o exemplo da Vereadora Inês Machado, que ação atrás de ação não sabemos se está presente como política ou como técnica da Adrimag da qual esta Câmara é associada. Mas os exemplos continuam e de dia para dia vemos a política concelhia a apodrecer, pois os seus atores, que frequentam simultaneamente os dois mundos, o dos interesses pessoais e o da defesa do bem público, confundem em permanência a lealdade que devem ao povo com a fidelidade a quem os remunera. Dos vários casos que conhecíamos sabíamos que nem era a legalidade que estava em causa, mas sim a ética, a imagem e a dignidade. Valores que, neste concelho, se perderam com o tempo. Agora, com este caso, deste membro do Concelho Municipal da Juventude, até o limiar da legalidade foi posto em causa. Disse.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra a Diana Paiva.-----

Diana Paiva – Muito obrigada, senhor Presidente. Renovo os cumprimentos. Como, popularmente, se costuma dizer, “à mulher de César não basta ser séria, há-que parecer” e, portanto, a pessoa em causa, precisamente, para não haver qualquer dúvida sobre a sua ética, renunciou ao mandato no Conselho Municipal de Juventude. Por isso mesmo, nós propomos que a senhora Rita Figueiras seja substituída pelo membro da Assembleia Municipal Tânia Filipa Fernandes Pinheiro e é esse elemento que nós indicamos agora para integrar o Conselho Municipal de Juventude. Muito obrigada.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a António Dias.-----

António Dias – Obrigado, senhor Presidente. Senhor Presidente da Assembleia, e esta é para si, não vai levar a mal, hoje, e estamos a falar aqui de juventude, faz quinhentos e sete anos o jovem Sever do Vouga. Foi hoje que foi atribuído o Foral em 1514. Devia ter sido, se calhar, aqui falado, mas não foi.-----

Presidente da Assembleia Municipal – O senhor, se calhar, não esteve no início da reunião.-----

António Dias – Se falou, obrigado.-----

Presidente da Câmara Municipal – Senhor Presidente, eu queria só fazer uma declaração.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Senhor Presidente, há bocado perguntei se alguém se queria inscrever. Passámos à fase seguinte. Qual era o assunto?-----

Presidente da Câmara Municipal – Era para dizer que não tinha nenhuma declaração. Apesar do que ouvi, não tenho nada a dizer. Muito obrigado.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu início à eleição, por escrutínio secreto, de acordo com a proposta apresentada pelo PSD.-----

Assim, e nos termos da alínea b) do artigo 4º da Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro, foi eleito, por voto secreto, Tânia Filipa Fernandes Pinheiro para integração no Conselho Municipal da Juventude.-----

Resultado da votação na lista apresentada: A favor – vinte e quatro votos; Em branco – quatro votos; Nulos – zero votos.-----

3.8 CPCJ – Recondução ou Eleição de Novo Cidadão Eleitor: - Na sessão de 26 de abril de 2019, Cláudia Maria Rodrigues Silva foi designada para integrar a Comissão Alargada

da CPCJ. Tendo em conta que o seu mandato terminou no passado dia 26 de abril de 2022, torna-se necessário proceder à sua recondução ou substituição. O PSD apresentou proposta para a recondução do cidadão eleito e procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, tendo sido reconduzida Cláudia Maria Rodrigues Silva para um novo mandato.----
Resultado da votação na lista apresentada: A favor – vinte e quatro votos; Em branco – quatro votos; Nulos – zero votos.-----

3.9 CPCJ – Eleição de Novo Cidadão Eleitor: - Através de e-mail datado de 06 de fevereiro de 2022, Rui Manuel Pinto Miranda apresentou um pedido de demissão das funções de conselheiro da Comissão Alargada da CPCJ de Sever do Vouga, para as quais foi eleito na sessão de 15 de dezembro de 2017. Assim, e nos termos da alínea l), do n.º 1, do artigo 17º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, foi realizado o ato eleitoral, por escrutínio secreto, para a designação de um cidadão eleitor para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sever do Vouga, tendo sido designada Ângela Teresa de Figueiredo Costa.-----

Resultado da votação na lista apresentada: A favor – vinte e três votos; Em branco – cinco votos; Nulos – zero votos.-----

3.10 Autorização para Delegação de Competências na Diretora do Agrupamento Escolar de Sever do Vouga – Minuta de Contrato: - Foi presente um pedido de autorização, da Câmara Municipal, para a delegação de competências, na Diretora do Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga, no âmbito do novo quadro de competências dos órgãos municipais, em matéria da educação.-----

O Presidente da Assembleia Municipal abriu período de intervenções.-----

António Dias – Obrigado, senhor Presidente. Senhor Presidente da Câmara, espero que esta delegação de competências não faça com que uma das escolas de Talhadas seja encerrada porque era intuito do anterior executivo municipal encerrar uma das escolas, ou o jardim ou a escola primária. Espero bem que isso não seja para esse fim. Já agora, senhor Presidente, tenho e-mails oficiais da Junta de Freguesia para a senhora diretora do Agrupamento de Escolas, possivelmente há dois ou três anos, a pedir uma reunião, até hoje nunca me foi marcada nenhuma reunião nem nunca consegui falar com a senhora. Obrigado.-----

O órgão deliberativo deliberou, por maioria, autorizar a delegação de competências na Diretora do Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga, no âmbito do novo quadro de competências dos órgãos municipais, em matéria da educação, estabelecido no artigo 11.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e concretizado pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, abrangendo o estabelecimento de ensino do Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga, visando, para além das competências já conferidas, mais as medidas de gestão, no período transitório da transferência de competências, até 31 de dezembro de 2022, para permitir a realização de pagamentos de despesas cujos contratos se encontram em nome do Agrupamento e não é possível a sua cessação da posição contratual para o município, nomeadamente no âmbito das áreas de:-----

- Recursos Humanos;-----
- Apoios e Complementos Educativos;-----
- Ação Social Escolar;-----
- Refeições Escolares;-----
- Programa do Leite Escolar;-----
- Transportes Especiais;-----
- Escola a tempo inteiro;-----
- Atividades de Enriquecimento Curricular;-----
- Equipamento e Infraestruturas;-----
- Fornecimentos e serviços externos;-----
- Espaços que integram os estabelecimentos escolares;-----

– Financiamento.-----
A delegação visará apenas a adoção de medidas de gestão, no período transitório da transferência de competências, até 31 de dezembro de 2022, para permitir a realização de pagamentos de despesas cujos contratos se encontram em nome do Agrupamento e não é possível a cessão da posição contratual para o município.-----

Vinte e sete votos a favor – Adérito Soares, Alexandre Rocha, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, Cláudia Cruz, David Alves, Diana Paiva, Elga Silva, Eugénio Martins, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, João Oliveira, Jorge Graça, José Lemos, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Maria Pereira, Nicolas Coutinho, Patrícia Santos, Paulo Lourenço, Renata Marques, Sandra Pereira, Sérgio Soares e Tânia Pinheiro.-----

Uma abstenção – António Dias.-----

-----4 – Período Destinado ao Público-----

Magda Sofia Gonçalves Fernandes, de Silva Escura – Boa tarde à Mesa da Assembleia, boa tarde à Câmara, boa tarde a todo o auditório. Eu vim aqui, hoje, como representante dos pais do Jardim de Silva Escura, como presidente da Associação de Pais e, principalmente, como mãe. O assunto que me traz é o encerramento da escola de Silva Escura, que já foi encerrada pelo anterior executivo, mas durante a nossa campanha eleitoral, do nosso atual executivo, uma campanha que eu acompanhei, se bem se lembram, falou muito em, talvez, conseguirmos reabrir escolas. Foi um dos assuntos de que falava durante a campanha. Gostava de saber se, por acaso, vai haver possibilidades de tal acontecer porque há interesse para a freguesia. É sempre importante haver escola porque há mais vida na freguesia. Há interesse para os pais, porque acham que há necessidade. Há crianças. Temos uma criança com necessidades especiais e com acompanhamento de uma escola pequena, em relação ao Centro Escolar, é muito diferente. Isto vai trazer benefícios. Há intenções do Município e qual é a predisposição que têm para poder reabrir a escola. Muito obrigado.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se o Presidente da Câmara queria responder ou se pretendia remeter para uma resposta escrita.-----

Presidente da Câmara Municipal – Quero responder porque isto é uma questão, de facto, muito pertinente, portanto, quero responder de imediato. Houve compromissos assumidos da parte desta autarquia, não foram assumidos por mim, e nós fomos informados, nomeadamente, por parte da Delegada Regional Cristina Oliveira, que nos informou que, uma das contrapartidas para as obras do Centro Escolar de Sever do Vouga era o encerramento de escolas. Eu gostaria muito de abrir escolas em todas as freguesias, mas há passos que foram dados que é muito difícil que voltem atrás. Nós temos apostado em todas as freguesias. Nós entendemos que as freguesias devem ser apoiadas ao máximo e, por isso, é que, no âmbito também das transferências de competências que temos feito com as freguesias fizemos a maior transferência de sempre para as freguesias. Por isso é que também estamos a criar as ARU em cada uma das freguesias para reabilitar os centros urbanos, mas no que diz respeito à educação, e eu quero deixar muito claro que eu não fiz promessas na campanha. Eu disse sempre que não faria promessas porque eu não sabia o estado em que ia encontrar a Câmara Municipal. Disse isto várias vezes e ainda bem que o disse. Há questões aqui que foram assumidas pelo antigo executivo e que, dificilmente, nós poderemos sair delas. Estamos, neste momento, à procura do protocolo celebrado. Já pedimos à senhora Delegada Regional que nos enviasse porque isto foi-nos dito pela boca dela numa reunião que tivemos no âmbito da preparação para esta transferência da delegação de competências na área da educação. Muito obrigado, senhor Presidente. Amanhã estará no CAE o António Calvário e gostaríamos que todos estivessem presentes. Faço o convite a todos os presentes e todos aqueles que assistem a esta Assembleia Municipal lá em casa para que possamos receber condignamente este grande senhor que está na última tournée dele, fica o convite feito. Naturalmente o senhor Presidente da Assembleia Municipal que sei que não faltará.-----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir efeitos de imediato, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente deste órgão e por mim, Luís Figueiredo Martins, funcionário designado para o efeito, que a redigi.-----